Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 2, número 2, 2021

ISSN 2763-6518

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

fev./maio 2021

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

Volume 2, número 2

ISSN 2763-6518

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

Coordenação

Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

Conselho Editorial

Vitória Totti Salgado

Corpo Editorial

Getúlio Alves de Almeida Neto

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

Leonardo Rodrigues Taquece

Maria Aparecida Felix Mercadante

Beatrice Daudt Bandeira

Letícia Rizzotti Lima

Design e Diagramação

Leonardo Rodrigues Taquece e Maria Aparecida Felix Mercadante

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

fev./maio 2021

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

O **Dossiê de Conflitos Contemporâneos** é fruto da ideia discutida pelos membros do Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp – como espaço de divulgação da pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo. O Dossiê de Conflitos Contemporâneos é uma publicação quadrimestral, exclusivamente realizada por mídias digitais, que pretende publicar contribuições de acadêmicos e pesquisadores de conflitos nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade. A presente edição refere-se ao período de fevereiro a maio de 2021.

O trabalho realizado pelo Observatório de Conflitos tem como objetivo identificar, compreender, contextualizar, categorizar e antecipar conflitos armados nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade, visando divulgar a informação resultante dessas atividades para a comunidade acadêmica e científica e outros setores da sociedade. Por meio da coleta de dados e da produção de análises, o Observatório almeja tornar-se referência de base de dados confiáveis e atualizados sobre conflitos armados nos cinco continentes, para os públicos nacional e internacional.

Facebook: facebook.com/observatoriodeconflitos
Twitter: @oc_gedes
Site: https://gedes-unesp.org/observatoriodeconflitos

SUMÁRIO

EDITORIAL **2**
Beatrice Daudt Bandeira e Letícia Rizzotti Lima
AFEGANISTÃO EM GUERRA: INVASÃO E INSURGÊNCIA (2001-2020) **4**
Gabriela Ruchel e Maria Gabriela de O. Vieira
CONFLITO INDO-PAQUISTANÊS **13**
Artur Cruz Bertolucci
A INSURGÊNCIA NO SINAI: CRISE POLÍTICA E CIVIL NO EGITO **21**
Álvaro Manchon Ferreira e Leonardo Rodrigues Taquece
ANGOLA E O CASO DE CABINDA **28**
Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama
O CONFLITO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA **35**
Ligia Maria Caldeira Leite de Campos e Ana Flávia Pucci Fleury Watanabe
A CRISE CONSTITUCIONAL DA GÂMBIA E A RESPOSTA REGIONAL **45**
João Vitor Tossini

DIRETO DO FRONT **53**
Da Faixa de Gaza à Sheikh Jarrah: colonialismo de assentamento e apartheid na Palestina - Carolina Antunes Condé de Lima **53**
Figura 1 - Mapa do Plano de Partilha da Palestina, 1947 **59**
Conflito Israel-Palestina: Desdobramentos Atuais - Karina Stange Calandrin **60**

EDITORIAL

A permanência do fenômeno bélico no globo é o grande tema de preocupação do Observatório de Conflitos, que apresenta aqui o segundo número do segundo volume do Dossiê de Conflitos Contemporâneos. Atentos ao flagelo da guerra e suas implicações no tecido social, na possibilidade de realização da vida e nos limites das conformações estatais, as autoras e autores dos artigos se debruçam sobre as especificidades de conflitos em partes da Ásia e da África. O objetivo desta publicação é seguir com a reflexão sobre as raízes históricas das guerras, desnaturalizando seus impactos.

As discussões que fizeram parte dos artigos desta edição exploram a complexidade de alguns dos conflitos internacionais em curso. Embora cada uma das localidades onde essas guerras ocorrem tenham suas particularidades - exploradas em profundidade nos textos -, cabe observar que aparecem preocupações comuns nos casos selecionados. Dessa forma, as autoras e autores trazem suas perspectivas acerca dos conflitos, a partir de uma reflexão fundamentada no marco teórico de algumas das principais referências no tema, examinando de forma substancial questões que estão no cerne das causas da guerra e que abrangem discussões críticas às suas dimensões.

A reunião de algumas dessas abordagens enfatiza a diversidade da natureza desses conflitos e sinaliza parte das consequências que são mencionadas neste volume. Os motivos das hostilidades e os interesses envolvidos contribuem para o entendimento do leitor sobre esses conflitos internacionais e tornam os desafios de sua realidade mais claros, diante da ampla gama de dificuldades enfrentadas: influências externas; violações de direitos humanos; tentativas limitadas de resultados positivos por meio de Acordos de Paz; a ausência de esforços para interromper a guerra pelas partes interessadas.

Sob esse prisma, os temas deste volume do Dossiê de Conflitos Contemporâneos são: o conflito no Afeganistão, analisado por Gabriela Ruchel e Maria Gabriela de O. Vieira; o conflito entre Índia e Paquistão, um dos poucos exemplos de conflito direto entre Estados nos dias de hoje, por Artur Cruz Bertolucci; a insurgência na região da Península do Sinai e a forma como o governo egípcio lida com o conflito, por Álvaro Manchon Ferreira e Leonardo Rodrigues Taquece; como o governo de Angola enfrenta o caso da província de Cabinda, com foco especial para a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), tema explorado por Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama; os conflitos na República Centro Africana por Ligia Maria Caldeira Leite de Campos e Ana Flávia

Pucci Fleury Watanabe, que evidenciam ainda as contradições internas do país, detentor de grande riqueza em recursos naturais, mas com prolongada crise humanitária, mesmo com as intervenções internacionais; e, por fim, a crise constitucional da Gâmbia, que implica no agravamento de crises econômicas e sociais, além dos esforços regionais de resposta aos desafios nacionais, tema explorado por João Vitor Tossini.

Assim, seguimos no esforço de investigar causas e efeitos dos conflitos abertos em curso. Entendemos a importância de trazer à tona a limitação do modelo de Estado nação, repressor das particularidades dos múltiplos povos submetidos à colonização. Deste modo, valemo-nos das especificidades de cada lugar para ampliar a reflexão sobre o impacto da violência na vida das pessoas e os limites dos mecanismos de apaziguamento. Estamos atentos à deterioração das condições de recuperação econômica na periferia do capitalismo, às crises de legitimidade nos sistemas políticos e à vulnerabilização humanitária das populações. Neste sentido, convidamos novamente as leitoras e leitores do Dossiê às considerações dos artigos dispostos com a análise complexificada da realidade conflitiva.

Beatrice Daudt Bandeira & Letícia Rizzotti Lima

Equipe Editorial

AFEGANISTÃO EM GUERRA: INVASÃO E INSURGÊNCIA (2001-2020)

Gabriela Ruchel[1]
Maria Gabriela de O. Vieira[2]

Fonte: Nolan (2011).

No ano em que se completam 20 anos da intervenção no Afeganistão, o governo dos Estados Unidos (EUA) prepara o retorno de suas últimas tropas, encerrando, assim, a mais longa e custosa guerra de sua história. Neste cenário, muitas reflexões a respeito do que foi tal conflito e o que ele representou para os EUA, e principalmente para o Afeganistão, começam a ser feitas. Importa ressaltar que em qualquer análise acerca da origem dos conflitos afegãos, faz-se imprescindível considerar a presença de diversos fatores a fim de se evitar reducionismos, os quais tendem a atribuir uma única causa a uma série bastante complexa de eventos. No caso afegão, há que se considerar o peso de

[1] Mestranda em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS. Pesquisadora assistente no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). E-mail: gabriela.ruchel@gmail.com.
[2] Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Transnacionais da Segurança (NETS). E-mail: vieira.mgo@gmail.com.

sua multiplicidade étnica, sua histórica fragilidade estatal, a inserção política internacional e, sobretudo, a natureza das relações de sua população.

O complexo processo de formação estatal e os contornos por ele assumidos não refletem uma construção linear ou pragmática, mas sim os resultados das diferentes decisões assumidas por pessoas em períodos históricos distintos, o que somado ao poder substancialmente difuso torna contencioso datar o surgimento de suas instrumentalidades (MALEY, 2002). O Afeganistão surgiu no século XVIII como resultado da desintegração dos impérios Persa e Mongol. Posteriormente, a dominação política das tribos pashtun sobre as outras etnias obstruiu o processo de construção de um Estado moderno, o qual tomou forma progressivamente a partir de 1880. De fato, as tribos foram organizadas de uma maneira caracterizada pela ausência de instituições políticas, onde as oposições no nível segmentar do clã e da tribo impediram o surgimento de um poder central, exceto em momentos de crise. Assim, no caso afegão, a tribo poderia ser definida como a maior unidade capaz de unificar-se diante de um ataque externo, sendo materializada em um sistema de responsabilidade coletiva (RUBIN, 2002).

É importante mencionar que o Afeganistão nunca foi colonizado. Isso não significa, entretanto, que o país não tenha sido objeto de disputa entre as potências internacionais. No século XIX, o Afeganistão se encontrava entre dois impérios em expansão: o Russo e o Britânico, em uma competição pelo poder e influência na Ásia Central, onde a política do Grande Jogo descreveria a luta britânica e russa por influência ao longo da fronteira do norte da Índia britânica e em toda a região entre a Rússia e a Índia, estando o Afeganistão nesta área contestada pelos dois impérios (RUNION, 2007). Tal disputa persistiu até o século XX. Além disso, nesse período o país contabilizou uma série de revoltas tribais contra o Estado, atingindo sua independência política dos britânicos somente em 1919, e tornando-se livre para buscar relações com os países que desejasse. A busca por auxílio para o desenvolvimento acabou aproximando o Afeganistão da União Soviética e de sua ideologia socialista.

A segunda metade do século XX no Afeganistão foi marcada por eventos e processos políticos que reverberariam em sua organização enquanto país. A Revolução de Saur de 1978, além de marcar o fim definitivo do período monárquico, foi a responsável pela instauração de um regime socialista no Afeganistão. As tentativas reformistas e modernizadoras levadas a cabo pelo regime não foram bem recebidas pela parcela mais tradicional e conservadora da sociedade afegã, gerando descontentamento e

revolta. Foi na tentativa de auxiliar o regime socialista afegão que em 1979 a URSS optou por intervir no Afeganistão, ali permanecendo até 1989 (VISENTINI, 2013).

Após a intervenção soviética, poucos especialistas acreditavam que o incipiente movimento de resistência *mujahideen* teria chances contra o moderno exército soviético. Dado o apoio direto do Paquistão e indireto dos EUA, o movimento de resistência afegão deixou de ser um movimento isolado e dependente das redes tribais de assistência. Na mesma medida em que o governo socialista afegão recebia apoio das forças soviéticas, os grupos islâmicos de resistência, a exemplo do *Hezb-e Islami*, foram diretamente auxiliados pelo governo do Paquistão – o qual auxiliou na extradição de Burhanuddin Rabbani, Gulbuddin Hekmatyar e Ahmad Shah Massoud –, além do apoio financeiro da Arábia Saudita e dos EUA (SCOTT, 2003; BELL; ILIYAS, 2014). Tais figuras desempenhariam um papel importante nos processos políticos futuros.

A guerra afegã-soviética evidenciou, deste modo, fraquezas e debilidades na estrutura do Estado afegão, cuja falta de coesão e organização institucional corroboraram a dificuldade de sustentá-lo. Os eventos que se sucederam após a retirada das tropas soviéticas – o fim do regime socialista em 1992 seguido por um vácuo de poder, as tentativas de organizar um governo de coalizão *mujahideen* e o conflito armado intra-afegão que se seguiu até 1996 – têm raízes profundas no colapso do Estado e no envolvimento de agentes externos no conflito (DORRONSORO, 2005). É justamente nesse período que atores importantes passam a se organizar para disputar o poder pela via política e armada – a exemplo da Aliança do Norte (ou Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão), fundada em 1996 por Rabbani e Massoud (SAIKAL, 2004).

O surgimento do Talibã como uma força atuante no Afeganistão também ocorreu em meio ao conflito intra-afegão. A origem do grupo majoritariamente *pashtun* e liderado por Mullah Omar não é um consenso: enquanto uns atribuem ao desejo de libertar o país do banditismo dos senhores da guerra, outros acreditam que o grupo tenha sido criado, organizado e armado pelo serviço de inteligência paquistanês (ISI) com o objetivo de assegurar forças amigas no país vizinho (CRISTOL, 2019; NOJUMI, 2002). Apesar de demonstrar o desejo de estabilizar o Afeganistão, algo positivo aos olhos ocidentais, a postura em relação às mulheres, a rigorosa interpretação do Islã, a imposição da sharia e o cultivo de papoula fizeram com que a comunidade internacional mantivesse cautela em relação ao grupo. Após a captura de Cabul em 1996, o grupo buscou ser reconhecido como o governo legítimo do Afeganistão. De início tinham o apoio do Paquistão, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos. A chegada de Osama bin Laden ao país,

expulso do Sudão em 1995, impactou profundamente tal plano (NOJUMI 2002; SCOTT, 2003; SAIKAL, 2004).

A presença do líder e fundador da Al-Qaeda no Afeganistão foi o principal vetor da relação entre EUA e Talibã, especificamente no quesito da entrega de bin Laden às autoridades estadunidenses. Apesar das negativas, os Talibãs asseguravam que tinham controle sobre ele. A partir de 1998, em virtude dos atentados da Al-Qaeda às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, as relações se estremeceram (VISENTINI, 2013). A Operação *Infinite Reach*, dos EUA, na qual bases da organização foram bombardeadas no Afeganistão e no Sudão, sinalizou uma virada nas relações. A contínua recusa em entregar Osama bin Laden, o qual havia se aproximado de Mullah Omar, somadas às inúmeras violações aos direitos humanos e a produção de drogas tensionaram ainda mais as relações (KATZMAN; THOMAS, 2017). Durante esse período de tensão e busca por reconhecimento, o Talibã realizou, em 2000, a maior e mais bem sucedida proibição de ópio, em um esforço de mostrar concordância com o regime proibicionista (MANSFIELD, 2016).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 encerraram os esforços diplomáticos de solução da questão bin Laden. A recém-empossada administração Bush, então, optou por intervir militarmente no Afeganistão para derrubar o regime Talibã, permitindo, assim, que um regime amigável fosse estabelecido em Cabul (CRISTOL, 2019). A Operação *Enduring Freedom* foi o primeiro desdobramento após a autorização formal do uso da força contra os envolvidos nos ataques de 11/9 pelo Congresso Americano. Tal operação buscou se legitimar na Resolução 1368 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), de 12 de setembro de 2001, na qual os membros expressavam sua disponibilidade em tomar todas as medidas necessárias (incluindo a força) para responder aos ataques de 11 de setembro. Entretanto, nenhuma referência ao capítulo VII da Carta da ONU foi feita (KATZMAN, 2010). O objetivo inicial dos bombardeios aéreos era auxiliar a Aliança do Norte e as forças especiais enviadas. Entre outubro e novembro de 2001 foram deslocados cerca de 1.300 fuzileiros navais estadunidenses para o território afegão. Em dezembro de 2001 as forças Talibãs já haviam sido expulsas de Cabul (BIRD; MARCHAL, 2011; VISENTINI, 2013).

Em 5 de dezembro de 2001 foi firmado o Acordo de Bonn entre as partes em conflito, à exceção do Talibã. A partir do acordo foi estabelecida uma administração interina liderada por Hamid Karzai, que seria responsável por conduzir o processo de elaboração de uma nova constituição e o primeiro processo eleitoral. Ambos seriam

assistidos pela *International Security Assistance Force* (Força Internacional de Apoio à Segurança, ISAF, sigla do inglês), liderada pela OTAN e autorizada pela Resolução 1386 do CSNU em 20 de dezembro de 2001 (KATZMAN; THOMAS, 2017). Além de garantir a segurança da população afegã e de reorganizar as forças regulares do Afeganistão (inserida no contexto de Reforma do Setor de Segurança), combateriam a produção de narcóticos, o crime organizado e o terrorismo internacional (SEDRA, 2007; JALALI, 2016).

A declaração dos EUA quanto ao encerramento do combate, em março de 2002, as eleições presidenciais em 2004 (com a vitória de Karzai) e as eleições parlamentares em 2005, somadas ao auxílio financeiro internacional e à manutenção de forças internacionais em território afegão contribuíram para o otimismo da população em relação ao futuro do país (NAWA, 2011). Contudo, o processo de reconstrução se mostrou mais difícil do que os planos anteciparam. A autoridade do governo limitava-se aos territórios próximos à capital. Nas regiões periféricas, os anos que se seguiram à retirada dos Talibãs foram marcados por embates entre comandantes locais e destes com os governadores nomeados pela administração de Cabul (JALALI, 2016). É interessante notar que muitos desses atores acumularam capital político e econômico, no contexto de retirada das forças soviéticas, ao se envolverem com os mercados ilícitos, especialmente com a taxação e o comércio de ópio (MAC GINTY, 2010). Contrariando as expectativas, a queda dos Talibãs e a assinatura do Acordo de Bonn não trouxeram a paz, mas marcaram o início de uma nova fase da guerra.

Paralelamente aos esforços de estabilização do Afeganistão, o Talibã buscava restabelecer o controle do território. Após sua expulsão de Cabul, a partir da fronteira entre Afeganistão e Paquistão, preparavam-se para a retomada da jihad. A partir de 2006, o retorno dos Talibãs já era perceptível (BIRD; MARSHAL, 2011). Muitos analistas acreditam que o retorno do Talibã e a retomada do conflito se deve ao fato de a intervenção dos EUA ter se apoiado demasiadamente em forças locais (KATZMAN, 2010). Apesar do treinamento e capacitação do Exército nacional (ANA) e das forças policiais (ANP), quando do retorno do Talibã tais forças ainda não estavam suficientemente preparadas para enfrentar os desafios impostos pelos insurgentes. Se em um primeiro momento a abordagem seria lenta e gradual, a partir de 2006, com o aumento das insurgências, as forças internacionais perceberam a necessidade de realizar adaptações. Em 2006, estavam em solo afegão cerca de 10 mil soldados sob o comando

da ISAF, enquanto o número de tropas americanas flutuou entre 25 e 30 mil entre 2006 e 2007 (JALALI, 2016).

Entre 2006 e 2009, os confrontos entre as forças internacionais e o Talibã se tornaram mais frequentes; apesar de vitórias táticas, as tropas da ISAF passaram a registrar um número elevado de baixas. Paralelamente, o governo de Karzai (reeleito em 2009) começava a despertar descontentamento na população em função da dificuldade em dar seguimento aos planos de reconstrução. Havia grande receio de que a situação de instabilidade, concentrada majoritariamente no sul do Afeganistão, se espalhasse para o resto do país. Frente ao cenário de deterioração da segurança, os EUA junto à ISAF elaboraram uma nova estratégia de atuação no país. Seria aumentado o contingente das tropas estadunidenses, alcançando a marca de 100 mil homens ao final de 2009. Para além de operações de contraterrorismo (baseadas majoritariamente no "Kill-or-Capture" [matar ou capturar] e na destruição de bases talibãs), o intuito junto à Missão de Treinamento da OTAN no Afeganistão (NTM-A) era capacitar as forças de segurança afegãs, com planos de treinar cerca de 400 mil homens (JALALI, 2016; KATZMAN; THOMAS, 2017).

No ano de 2011, em uma operação dos EUA no Paquistão, Osama bin Laden foi executado. A morte do líder da Al-Qaeda foi vista como uma vitória importante da administração Obama. O processo de transferência das responsabilidades securitárias para as autoridades afegãs e de retirada das forças da ISAF teve início em 2011, sendo 2014 o ano limite para o governo afegão assumir total responsabilidade por sua segurança. O objetivo principal acabou sendo o cumprimento do prazo estipulado para a retirada das tropas, ao invés do desenvolvimento de uma operação que assegurasse às forças afegãs uma real autonomia (JALALI, 2016). Em maio de 2012, os EUA e o governo do Afeganistão assinaram um acordo estratégico. A intenção era determinar qual seria o papel das forças internacionais no país após a retirada das tropas. Acertou-se que um pequeno contingente militar (cerca de 9.800 homens) permaneceria no país para aconselhar, auxiliar no treinamento e apoiar a ANA e a ANP, além de operações específicas de contraterrorismo (KATZMAN; THOMAS, 2017).

No ano estipulado para a retirada das tropas da ISAF os combates entre as forças do governo afegão e os insurgentes intensificaram-se. Apesar disso, o governo dos EUA permaneceu firme quanto ao prazo. No dia 28 de dezembro de 2014, as operações da OTAN no Afeganistão foram oficialmente encerradas. A força residual seria gradualmente reduzida em tamanho entre 2015 e 2016, deixando uma pequena tropa para

atrás para defesa das embaixadas estrangeiras. À medida que os Talibãs expandiram-se para o norte do país, uma mudança nos planos foi necessária e os EUA anunciaram a manutenção dos quase 10 mil homens no Afeganistão até o final de 2015. Posteriormente optou-se pela manutenção de pouco mais de 5 mil soldados mesmo após 2016 (KATZMAN; THOMAS, 2017). Em abril de 2017, o presidente Donald Trump autorizou o envio de 5 mil fuzileiros para apoiar as contraofensivas do governo Ghani-Abdullah (MUÑOZ, 2017). Atualmente estão em solo afegão 2.500 soldados estadunidenses (GARAMONE, 2021).

Apesar de o processo de paz ter sido inaugurado pelo Acordo de Bonn, apenas nos últimos anos esforços significativos foram feitos no sentido de tornar a paz uma realidade para o Afeganistão. O governo afegão tem mostrado disposição, desde 2007, para iniciar as conversas a fim de se chegar a um acordo de paz intra-afegão. Contudo, além da presença de tropas estrangeiras, a percepção por partes dos Talibãs de que o governo seria um fantoche dos EUA representava um grande empecilho para o aprofundamento das conversas de paz. Em 2015, no Paquistão, o governo Ghani-Abdullah e representantes do Talibã engajaram-se em mais negociações. Em setembro de 2016, o governo afegão assinou um acordo de paz com o grupo *Hezb-e Islami*.

Por fim, após diversas tentativas, a assinatura do acordo de paz entre os EUA e o Talibã ocorreu em fevereiro de 2020, encerrando a mais longa (e mais custosa) guerra dos EUA (QAZI, 2020; BBC, 2020). Houve o comprometimento dos EUA em reduzir os 13 mil homens para 8.600 até julho de 2020, seguida da retirada total das tropas em até 14 meses. Ademais, as 5 bases militares no país seriam fechadas, além de sinalizarem uma reavaliação das sanções econômicas até agosto de 2020. Quanto aos talibãs, o grupo se comprometeu a impedir operações da Al-Qaeda a partir do Afeganistão e a negociar com o governo afegão (GRAHAM-HARRISON, 2020). A data limite para a retirada das 2.500 tropas remanescentes era 1 maio de 2021; entretanto, em abril, por razões securitárias, o governo Biden postergou para 11 de setembro de 2021 (PETERS, 2021).

2021 será, sem dúvida, um ano importante para o Afeganistão. Há enormes expectativas quanto às conversações entre o governo Ghani-Abdullah e o Talibã e a possibilidade de se alcançar um acordo de paz intra-afegão. Além disso, a capacidade das forças de segurança afegãs em garantirem a segurança da população após a retirada das forças internacionais será finalmente testada. Os desdobramentos de um Afeganistão sem as forças da OTAN serão, seguramente, acompanhados de perto pela comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

BBC. **Afghanistan War: How Much Has The Afghanistan War Cost The US?**. BBC News. Online: 28 de Fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-47391821#:~:text=According%20to%20the%20US%20Department,%2444bn%20on%20reconstruction%20projects.. Acesso em: set. 2020.

BELL, A.; ILIYAS, B. **A Network in Transition: Actors, Interests, and Alliances in the Afghanistan Conflict as of Early 2014**. Peace Research Institute Frankfurt. Frankfurt am Main. 2014.

BIRD, T.; MARSHALL, A. **Afghanistan: How the west lost its way**. New Haven: Yale University Press, 2011. 9780300154573 0300154577.

CRISTOL, J. **The United States and the Taliban before and after 9/11**. 1 ed. London: Palgrave Macmillan, 2019.

DORRONSORO, Gilles. **Revolution Unending: 1979 to the Present.** London: Hurst & Co Publishers, 2005.

GARAMONE, J. **U.S. Completes Troop-Level Drawdown in Afghanistan, Iraq**. 2021. Disponível em: https://www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/2473884/us-completes-troop-level-drawdown-in-afghanistan-iraq/.

GRAHAM-HARRISON, E. et al.. **US and Taliban sign deal to withdraw American troops from Afghanistan**. 2020-02-29. Disponível em: http://www.theguardian.com/world/2020/feb/29/us-taliban-sign-peace-agreement-afghanistan-war. Acesso em: 24 abr. 2021.

JALALI, A. A. **Afghanistan National Defense and Security Forces: Mission, challenges and sustainability**. United States Institute of Peace. Washington D.C. 2016. (115).

KATZMAN, K. **Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy**. Congressional Research Service. Washington D.C., p. 105. 2010.

KATZMAN, K.; THOMAS, C. **Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy**. Washington D.C.: Congressional Research Service, 2017. v. RL30588).

MAC GINTY, R. Warlords and the liberal peace: state-building in Afghanistan. **Conflict, Security & Development**, 10, n. 4, p. 577-598, 2010.

MALEY, William. **The Afghanistan Wars**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

MANSFIELD, David. **A State Built on Sand**: How opium undermined Afghanistan. London; New York: Oxford University Press, 2016. Disponível em: https://ebookcentral.proquest.com/lib/canterbury/detail.action?docID=4803072. Acesso em: 15 set. 2020.

MUNÕZ, C. **U.S. may send up to 5,000 more troops to Afghanistan**. 2021. Disponível em: https://www.washingtontimes.com/news/2017/may/4/us-may-send-up-to-5000-more-troops-to-afghanistan/. Acesso em: 24 abr. 2021

NAWA, F. **Opium Nation Child Brides, Drug Lords, and One Woman's Journey Through Afghanistan**. New York: Harper Perennial, 2011. 9780062100610 0062100610.

NOLAN, Sergeant Russ. Defense Images. Soldiers from 3 Para on Patrol in Afghanistan. March 25, 2011. 1 fotografia. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/defenceimages/7985703942. Acesso em: 26 abr. 2021.

NOJUMI, N. **The Rise of the Taliban in Afghanistan: Mass Mobilization, Civil War, and the Future of the Region**. New York: Palgrave Macmillan, 2002. 9780312299101 0312299109.

PETERS, C. **The US military is finally withdrawing from Afghanistan**. 2021-04-25 2021. Disponível em: https://www.vox.com/2021/4/25/22402539/afghanistan-military-withdrawal-final-biden-september-11th. Acesso em: 25 abr. 2021

QAZI, S. **Afghanistan's Taliban, US sign agreement aimed at ending war**. 29 Fev 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/2/29/afghanistans-taliban-us-sign-agreement-aimed-at-ending-war. Acesso em: 24 abr. 2021.

RUNION, Meredith. **The History of Afghanistan.** Westport, CT: Greenwood Press, 2007.

RUBIN, Barnett**. The Fragmentation of Afghanistan: state formation and collapse in the international system**. New Haven and London: Yale University Press, 2002.

SAIKAL, A. **Modern Afghanistan: A history of struggle and survival**. London: I.B.Tauris, 2004. 342 p. 9780857714787 0857714783.

SCOTT, P. D. **Drugs, oil, and war : the United States in Afghanistan, Colombia, and Indochina**. Lanham; Oxford: Rowman & Littlefield, 2003. 074252521X 9780742525214 0742525228 9780742525221.

SEDRA, M. Security Sector Reform in Afghanistan: An Instrument of the State-Building Project. *In*: ANDERSEN, L.;MØLLER, B., *et al.* (Ed.). **Fragile States and Insecure People? Violence, Security, and Statehood in the Twenty-First Century**. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007. cap. 7, p. 151-176.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MARTINS, José Miguel; RIBEIRO, Luiz Dario; GRÖHMANN, Luiz Gustavo. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

CONFLITO INDO-PAQUISTANÊS

Artur Cruz Bertolucci[1]

Fonte: Nanu (2018).

Colônias britânicas até 1947, Índia e Paquistão têm suas respectivas histórias marcadas por rivalidades e conflitos desde a independência (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM, 2021). Ambos Estados se originaram a partir de disputas internas durante o processo de independência da Índia Britânica, com a Liga Muçulmana, sob a liderança de Muhammad Ali Jinnah, desejosa pela criação de um Estado para os Muçulmanos, em oposição ao ideal de unidade em um único Estado para todas as etnias e religiões do Congresso Nacional Indiano (CNI), que tinha como lideranças Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru.

Com maior presença de fiéis da religião hindu no subcontinente indiano, grupos muçulmanos tinham receio de serem excluídos do processo decisório e ter pouca representatividade, o que levou à formação da Liga e a migração de quadros do CNI para

[1] Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)

esta, em busca de maior representatividade muçulmana no processo de negociação de independência.

Durante as negociações para a independência do subcontinente, foram criados dois Estados, a Índia e o Paquistão, este último dividido em dois, Oriental e Ocidental. Essa divisão buscava garantir maior segurança e representatividade para os dois maiores grupos religiosos da região, na tentativa de garantir uma estabilidade por meio de Estados que viessem a representar seus interesses. Porém, durante o processo de formação destes, iniciou-se uma migração em massa de hindus do recém-criado Paquistão para a Índia independente, e de muçulmanos desta para o primeiro. Com as migrações e os sangrentos conflitos e embates durante elas, acentuou-se as tensões entre os grupos religiosos que agora se viam representados em seus Estados (POKRAKA, 2019).

Porém, entre o final de 1947 e início de 1948, as rivalidades trazidas do período colonial – e mesmo anteriores a este – chegaram ao ápice e os dois países se enfrentaram, pela primeira vez, em uma guerra (KASHMIR..., 2019). O motivo do primeiro confronto entre ambos foi o controle sobre a região da Caxemira. O território continua a ser o principal foco de disputas entre Índia e Paquistão até os dias de hoje, uma vez que os resultados dos confrontos já travados ao longo dos últimos 70 anos não foram satisfatórios para nenhum dos dois lados.

A disputa iniciou-se ainda no processo de independência dos dois países, onde ambos passaram a alegar a necessidade de que a região, até então autônoma, deveria ser parte de seus Estados recém-criados. O Paquistão alegava que, visto a população ser de maioria islâmica, era natural que a Caxemira passasse para o controle de Islamabad. Por sua vez, a Índia acreditava ser importante para sua imagem de uma república secular anexar um território de maioria islâmica (BERTOLUCCI, 2020).

Apesar disso, o marajá Hari Singh, governante caxemir, continuava a defender a independência do território. A posição do marajá muda quando do início de incursões armadas de tribos paquistanesas no território caxemir, levando-o a requisitar apoio militar indiano, para o combate aos invasores. Porém, o governo indiano condicionou o apoio militar à anexação da Caxemira ao Estado indiano, levando Singh a renunciar à sua independência em vista da urgência da situação (BLACKEMORE, 2019).

Assim, tropas indianas foram enviadas para a região – recém-anexada ao país – a fim de combater as tribos que penetravam no território caxemir. Mesmo com indicativos

de auxílio por parte do governo e exército paquistanês às milícias tribais, não houve, no começo, o emprego das forças regulares paquistanesas no conflito. Esse cenário mudou a partir de abril de 1948, com o efetivo emprego das forças armadas regulares paquistanesas, que se juntaram às forças irregulares que já combatiam as tropas indianas.

O primeiro conflito entre os recém-criados Estados no Sul da Ásia se encerrou sem que nenhuma das partes ficassem satisfeitas com o resultado, visto que nenhuma delas obteve o domínio total da Caxemira, dividindo-a em zonas de controle. Apesar disso, ambos os países continuam a reivindicar o território caxemir – que ainda tem uma parte sob domínio chinês, após a guerra sino-indiana de 1962. Até hoje a Caxemira continua sendo o principal motivo de conflito entre Índia e Paquistão e, também, entre estes Estados e os caxemires, que tiveram seu direito de escolha negado com as recusas de se estabelecer um plebiscito após o conflito em 1948 (ARTICLE..., 2019). Dessa forma, os movimentos autonomistas continuam a requerer a realização do plebiscito e solicitar que os caxemires decidam seu futuro e o futuro do país.

Entre 1964 e 1965 as disputas pela Caxemira levou novamente os dois países à guerra, ocasionando inúmeras mortes e a necessidade de intervenção de potências estrangeiras e da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2021). Ambos os países sofreram sanções e deixaram de receber armamentos de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, levando à diminuição da sua capacidade combativa. Além disso, o Conselho de Segurança da ONU passou uma resolução (S/RES/210) requerendo o fim do conflito e o início de negociações entre as partes. Assim, pressionados e debilitados, ambos os Estados adotaram um cessar-fogo e aceitaram negociar, tendo a União Soviética como terceira parte no acordo de *Tashkent* encerrando a segunda guerra pela Caxemira.

Poucos anos depois, em 1971, mais um conflito entre os países ocorreu, dessa vez não pela Caxemira, mas pela independência do até então Paquistão Oriental, que veio a se tornar Bangladesh. A terceira guerra Indo-paquistanesa – como é conhecida em ambos os países, mas que em Bangladesh é chamada de "*liberation war*" – teve o maior número de mortes entre todos os conflitos envolvendo os dois Estados, e foi travada no território do Paquistão Ocidental, em regiões do noroeste indiano e no Paquistão Oriental (ZAKARIA, 2019). Depois de cerca de duas semanas e de sucessivas derrotas, o exército paquistanês se rendeu e foi assinado um novo cessar-fogo entre os países, além da criação do Estado de Bangladesh.

Nos anos 1980 as disputas continuaram, por diversas razões e por diferentes meios: fosse pela posse das geleiras Siachen – que chegou a propiciar pequenos confrontos militares, mas sem alcançar o nível de uma guerra entre as partes – ou pelas acusações de auxílio paquistanês a grupos insurgentes no interior da Índia. Contudo, o principal fator de preocupação foi a conquista por parte dos dois Estados do poderio nuclear nas décadas de 1970 e 1980, ainda que Nova Délhi e Islamabad só oficializaram seu status nuclear com testes em 1998. Assim, o risco de conflito nuclear no Sul da Ásia fez com que os primeiros-ministros da Índia e do Paquistão se encontrassem e se comprometessem a não atacar as respectivas instalações nucleares e a buscar a normalização das relações entre os dois países, com o início de acordos de paz sobre os territórios disputados.

Apesar dos avanços nas relações entre os países nos anos finais da década de 1980, o que se presenciou desde o início dos anos 1990 foi que as tensões voltaram a se intensificar entre Índia e Paquistão, com acusações por parte do governo indiano de apoio paquistanês a grupos insurgentes na Caxemira e Punjab. Mas a situação foi atenuada com intervenções internacionais para negociar as relações e as demandas entre ambos, em especial pela ONU e pelos EUA, tendo em vista os riscos de conflitos entre dois Estados com poderio atômico (BERTOLUCCI, 2020).

Contudo, no final da década e após a corrida nuclear que culminou com Nova Délhi e Islamabad explodindo artefatos nucleares, mais uma guerra eclodiu entre ambos, novamente pela Caxemira. A incursão de combatentes da Caxemira paquistanesa no território controlado pela Índia e o apoio paquistanês aos militantes deu início à Guerra de Kargil. O conflito resultou em mais de 1000 mortes e forçou cerca de 70 mil pessoas a migrarem da região. Com o alto número de baixas e pouco apoio internacional, o Paquistão retirou suas tropas e anunciou um cessar-fogo unilateral (KHAN, 2019).

Os anos 2000 trouxeram uma nova dinâmica para os países, levando a adoção de um cessar-fogo na linha de controle e intensos diálogos para melhorar as relações entre os vizinhos, ainda que sem tocar o tema central da discussão que é o controle sobre a Caxemira. Porém, sua adoção não significou o fim total das disputas, nem dos confrontos na fronteira e na linha de controle, ainda que os governos mantenham o discurso de que apoiam e defendem o diálogo e a busca por uma resolução do conflito (INZAMAM, QADRI, 2021).

Em 2001 um ataque terrorista na capital indiana, com grupos paquistaneses entre os suspeitos, representou momento de tensão entre os países e importante inflexão nos apoios internacionais, com maior aproximação entre Nova Délhi e Washington, com o discurso de guerra ao terror, retirando a maior proximidade que os EUA tinham até então com o Paquistão (DUGGER, 2001). A segunda década do século XXI continua a apresentar desafios e problemas, com um aumento das tensões e a acusação de atos terroristas na Índia sob apoio do governo paquistanês, dificultando um possível processo de paz.

A eleição de Narendra Modi na Índia serviu para intensificar tal situação, na medida em que o partido de Modi, o *Barataya Janata Party* (BJP) é um partido nacionalista hindu, adotando um discurso fundamentalista nas questões religiosas para angariar apoio para a agenda do governo. Como resultado dessa escalada de tensões, em fevereiro de 2019 uma disputa entre os dois Estados tomou grande repercussão no mundo.

Um ataque suicida a um comboio de paramilitares indianos na Caxemira (ALJAZEERA, 2019), cuja autoria foi assumida pelo grupo Jaish-e-Muhammad (JeM) que opera desde o Paquistão, levou a uma situação de desgaste no relacionamento já tenso dos dois países. O ataque matou 42 soldados, sendo o mais mortal dos últimos 30 anos na região, e levou a uma resposta por parte da Índia, a qual enviou jatos da força aérea para realizar ataques nas bases do grupo, em território paquistanês. A resposta de Islamabad – que não havia sido consultada pela Índia para os bombardeios – levou à captura de um piloto indiano, o qual foi liberado dias depois em um gesto que buscava evitar maiores ataques e que o conflito escalasse.

Modi sempre prometeu a revogação do artigo 370 da constituição indiana (BBC, 2019a), artigo que garantia o status especial da Caxemira e sua maior autonomia na federação, condição negociada para a entrada desta na Índia (MITRA, 2019). Ele cumpriu a promessa eleitoral em agosto de 2019, acentuando as disputas na região. Com maioria da população de muçulmanos e com o aumento da repressão por Nova Délhi, é provável que a instabilidade na região permaneça, sem que nenhum dos lados renuncie a sua reivindicação pelo território disputado.

Após o incidente de 2019, as relações entre os dois países se deterioraram em 2020, com discursos inflamados de ambos os lados e se acentuou com a abolição do artigo 370, que levou Islamabad a expulsar o chefe da missão diplomática indiana do país (INDIA-PAKISTAN..., 2020). As tensões levaram a conflitos mais intensos na Zona de

Controle que os dois países mantêm em território Caxemir, contribuindo para a não solução das disputas.

A pandemia do Coronavírus que se iniciou em 2020 não resultou em avanços significativos na região e entre os países. Ao passo que a Índia adotou um *lockdown* mais intenso, o Paquistão preferiu não optar por medidas tão drásticas (STANILAND, 2020). Além disso, as disputas entre o governo indiano e os separatistas da Caxemira também presenciaram conflitos durante a pandemia. Com o governo indiano aumentando as restrições e controlando até a internet, os focos de conflito se acentuaram em 2020 (SOMOS, 2020).

De acordo com um estudo da Universidade de Melbourne, os conflitos na Caxemira aumentaram durante a pandemia por duas razões: a primeira seria de que os apoiadores paquistaneses dos separatistas teriam incentivado a escalada de confronto por identificarem alguma fragilidade no exército indiano e a posição da Índia em relação à pandemia; e a segunda seria o fato de a Índia ter aproveitado o *lockdown* na Caxemira para perseguir qualquer apoio interno ao Paquistão (SOMOS, 2020).

O conflito aparenta ter alcançado um novo momento em fevereiro de 2021. Ambos os países concordaram em retomar um cessar-fogo estabelecido em 2003, levando a uma queda entre os confrontos na linha de controle (GNAGULY, 2021; PAKISTAN..., 2021; IBISH, 2021). Essa nova posição de ambos frente o conflito que vinha se escalando é resultado dos custos militares, os custos frente à pandemia e pressões internacionais, especialmente após os conflitos fronteiriços entre Índia e China, que arriscavam colocar Nova Délhi em duas frentes.

De acordo com Ibish (2021) o papel desempenhado pelos Emirados Árabes Unidos (EAU) foi importante para a adoção do cessar-fogo. Com objetivos próprios na busca por encontrar soluções para diferentes conflitos, os EAU procuram criar uma conexão maior entre os diplomatas e ministros dos dois rivais a fim de facilitarem a retomada das comunicações e o reestabelecimento de acordos que visem aumentar as trocas comerciais entre Índia e Paquistão.

Com a nova dinâmica, 2021 pode se mostrar um ano em que as relações entre os países encontrem uma nova normalidade e haja uma diminuição nas hostilidades. Contudo, momentos mais calmos e próximos já ocorreram no passado, tornando necessário cautela em qualquer análise sobre o futuro das disputas. No momento, há que

se acompanhar os desdobramentos do cessar-fogo e dos esforços para maior diálogo entre Nova Délhi e Islamabad.

REFERÊNCIAS

ALJAZEERA. India-Pakistan tensions: All the latest updates. **ALJAZEERA**, 10 mar. 2019. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2019/3/10/india-pakistan-tensions-all-the-latest-updates. Acesso em: 03 abr. 2021.

BERTOLUCCI, Artur Cruz. **Duas regiões, dois projetos, um objetivo**: os casos de Brasil e Índia na busca por um novo status no Sistema Internacional (1950-1998). Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2020.

ARTICLE 370: What happened with Kashmir and why it matters. **BBC News**, 06 ago. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-india-49234708. Acesso em: 03 abr. 2021.

KASHMIR: Why India and Pakistan fight over it. **BBC News**, 08 ago. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/10537286. Acesso em: 03 abr. 2021.

BBC. The 1947-48 war. **BBC News**. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/english/static/in_depth/south_asia/2002/india_pakistan/timeline/1947_48.stm. Acesso em: 03 abr. 2021.

BLAKEMORE, Erin. The Kasmir conflict: How did it started?. **National Geographic**, 2019. Disponível em: https://www.nationalgeographic.com/culture/article/kashmir-conflict-how-did-it-start. Acesso em: 03 abr. 2021.

DUGGER, Celia W.. Suicide Raid in New Delhi; Attackers Among 12 Dead. **The New York Times**, 14 dez. 2001. Disponível em: https://www.nytimes.com/2001/12/14/world/suicide-raid-in-new-delhi-attackers-among-12-dead.html. Acesso em: 03 abr. 2021.

GANGULY, Sumit. War is Over Between India and Pakistan – for now. **Foreign Policy**, 01 mar. 2021. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2021/03/01/ceasefire-line-of-control-pakistan-india/. Acesso em: 05 abr. 2021.

IBISH, Hussein. Much at stake as UAE steps into India-Pakistan's perennial war theatre, seeks new role as peacemaker. **The Economic Times**, 29 mar. 2021. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/much-at-stake-as-uae-steps-into-india-pakistans-perennial-war-theatre-seeks-new-role-as-peacemaker/articleshow/81734466.cms. Acesso em: 05 abr. 2021.

INZAMAM, Qadri; QADRI, Haziq. The Human Cost of India-Pakistan Conflict. **The Diplomat**, 20 mar. 2018. Disponível em: https://thediplomat.com/2018/03/the-human-cost-of-india-pakistan-conflict/. Acesso em: 03 abr. 2021.

KHAN, M. Ilyas. Kargil: The forgotten victims of the world's highest war. **BBC News**, 26 jul. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-49101016. Acesso em: 03 abr. 2021.

MITRA, Mili. This is the Modi government's darkest moment. **The Washington Post**, 06 ago. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/2019/08/06/this-is-modi-governments-darkest-moment/. Acesso em: 03 abr. 2021.

NANU, Narinder. How the Memory of India's Traumatic Partition Is Being Preserved Across Borders. **Time**. 15 ago. 2018. 1 fotogragia. em: https://time.com/5365226/india-pakistan-partition-history/. Acesso em: 25 jun. 2021.

POKRAKA, Abby. History of Conflict in India and Pakistan. **Center for Arms Control and Non-Proliferation**, 25 nov. 2019. Disponível em: https://armscontrolcenter.org/history-of-conflict-in-india-and-pakistan/. Acesso em: 10 mai. 2021.

STANILAND, Paul. Kashmir, India, and Pakistan and Coronavirus. **Carnegie Endowment for International Peace**, 14 abr. 2020. Disponível em: https://carnegieendowment.org/2020/04/14/kashmir-india-and-pakistan-and-coronavirus-pub-81529. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOMOS, Christy. COVID-19 escalated armed conflict in India, Pakistan, Iraq, Libya and the Philippines, study finds. **CTV News** [World], 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.ctvnews.ca/world/covid-19-has-escalated-armed-conflict-in-india-pakistan-iraq-libya-and-the-philippines-study-finds-1.5236738. Acesso em: 05 abr. 2021.

INDIA-PAKISTAN relations plumb new depths in 2020. **The Economic Times** [News], 23 dez. 2020. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/india-pakistan-relations-plumb-new-depths-in-2020/articleshow/79917285.cms. Acesso em: 06 abr. 2021.

PAKISTAN, India peace move silences deadly Kashmir frontier. **The Economic Times**, 02 abr. 2021. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/pakistan-india-peace-move-silences-deadly-kashmir-frontier/articleshow/81870059.cms. Acesso em: 05 abr. 2021.

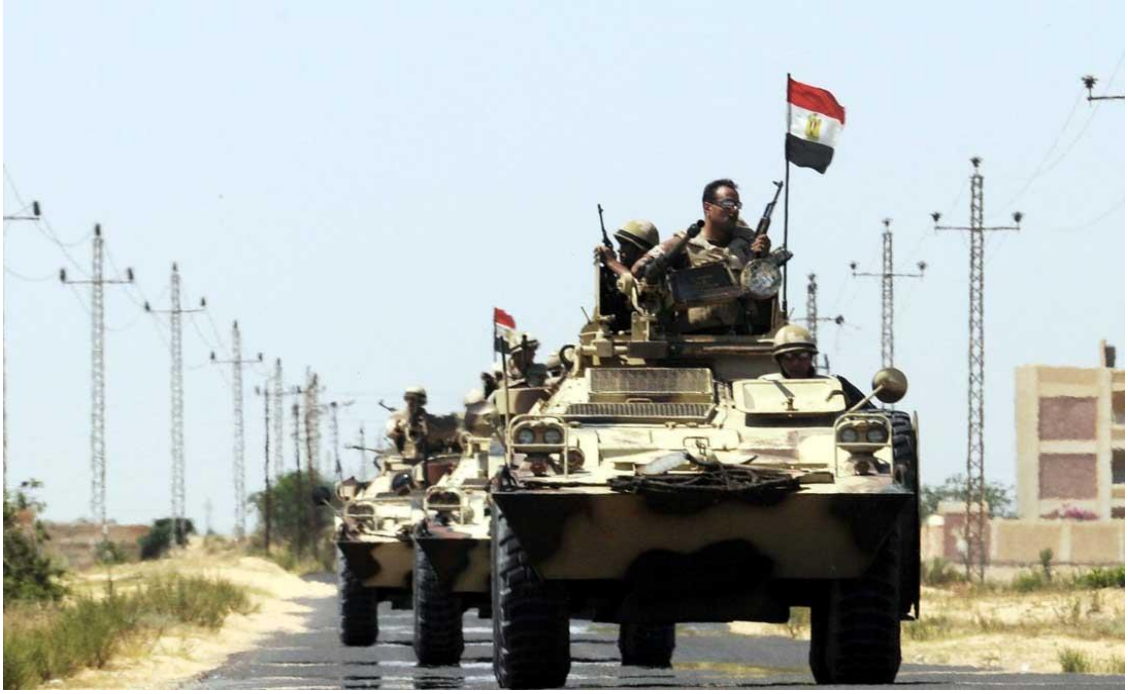
UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM – UCDP. **India-Pakistan**. Disponível em: https://ucdp.uu.se/conflict/218. Acesso em: 03 abr. 2021.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **The Indian-Pakistan War of 1965**. Disponível em: https://history.state.gov/milestones/1961-1968/india-pakistan-war. Acesso em: 03 abr. 2021.

ZAKARIA, Anam. Remembering the war of 1971 in East Pakistan. **ALJAZEERA**, 16 dec. 2019. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2019/12/16/remembering-the-war-of-1971-in-east-pakistan. Acesso em: 03 abr. 2021

A INSURGÊNCIA NO SINAI: CRISE POLÍTICA E CIVIL NO EGITO

Álvaro Manchon Ferreira[1]
Leonardo Rodrigues Taquece[2]



Fonte: Egypt-Sinai (2014).

Desde 2011 o Egito encontra-se envolto em um pesado conflito armado, localizado majoritariamente na região da Península do Sinai. Focos de violência já espalharam-se para outras regiões, tendo vitimado cerca de quatro mil pessoas no período entre 2011 e 2019 (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM, 2019). Sendo abastecido tanto por ressentimentos da população local formada majoritariamente pelos beduínos[3] quanto por rancor de grupos islamitas vinculados ideologicamente ao presidente deposto Mohamed Morsi (GOLD, 2016), os principais atores envolvidos são os grupos militantes *jihadistas*, as tribos beduínas locais e as forças de segurança do Estado egípcio. Não obstante, atores como Israel, Hamas[4] (Faixa de Gaza) e a Força Multinacional de Observadores (MFO) possuem participação indireta na insurgência, com interesses e influências na disputa de poder que se torna cada vez mais intensa (HART, 2016).

---

[1] Graduando no curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: alvaro_manchon@hotmail.com
[2] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: taquece@gmail.com
[3] O termo "beduíno" deriva de uma forma plural da palavra árabe *badawī*, que significa "pessoas do deserto".
[4] O Hamas é um movimento islamista palestino de orientação sunita.

Historicamente, a península do Sinai foi ocupada por Israel na guerra de 1967 e, salvo um pequeno trecho recuperado pelos egípcios na guerra de 1973 do Canal de Suez, permaneceu ocupado por israelenses até o ano de 1982. A devolução foi consequência dos Acordos de Camp David (1978) e o subsequente tratado de Paz entre Egito e Israel, que pavimentou o caminho para o retorno da península para a soberania egípcia (IDRIS, 2017).

Todavia, mesmo com o retorno do território para o controle egípcio, a desconfiança histórica entre as forças de segurança do Estado do Egito e as tribos locais de beduínos manteve-se. Os beduínos são nômades originários da Arábia que, durante as conquistas árabes no século VII, se expandiram para o Norte de África. Essas tribos se estabeleceram historicamente com o comércio de vários produtos pelas cidades onde estavam, utilizando suas caravanas e aprendendo a enfrentar as difíceis condições de vida no deserto enquanto se moviam sempre. Desde cedo, havia conflitos pelo uso de poços de água e pastagens, mas foi com o final da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) que o estilo de vida beduíno entrou em choque com os governos dos países onde viviam (IDRIS, 2017). A ineficiência do governo em atender às demandas locais levou, ao longo do tempo, a um aumento do ressentimento beduíno e, consequentemente, à uma piora nas já desgastadas relações.

Durante os anos 2000, ataques terroristas em alvos turísticos de Sinai se tornaram mais comuns[5], o que aumentou as tensões na região. Buscando proteger a indústria do turismo, o governo de Hosni Mubarak intensificou a repressão das forças de segurança, principalmente contra o grupo militante *jihadista* afiliado à al-Qaeda por trás dos ataques, os Tawhid wal-Jihad (IDRIS, 2017).

O estopim para a insurgência no Sinai foi o fenômeno conhecido como Primavera Árabe, a onda de protestos que varreu países do Norte da África e de partes do Oriente Médio no início da década de 2010. No Egito, a Primavera Árabe chegou quando manifestantes tomaram a Praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, exigindo o fim do regime autoritário de Mubarak. Os protestos no Cairo, e em outras importantes cidades egípcias, como Alexandria e Port Said, levaram, em apenas dezoito dias, à queda de um regime que encontrava-se no poder há trinta anos, desde 1981. Em 11 de fevereiro, Mubarak, sob enorme pressão tanto da comunidade internacional, quanto dos

[5] Os atentados no Sinai de 2004 foram três ataques a bomba contra hotéis turísticos na Península no dia 7 de outubro de 2004. No ataque ao hotel Hilton Taba, um caminhão entrou no saguão e explodiu, matando 31 pessoas e ferindo outras 159. Dez andares do hotel desabaram após a explosão (BBC, 2004).

manifestantes, que cada vez mais se mostravam irredutíveis com relação às exigências de renúncia imediata, acabou por entregar o cargo para as Forças Armadas (SAIDIN, 2018).

Antes de sua renúncia, no entanto, Mubarak nomeou Omar Suleiman como seu vice-presidente para que, em conjunto com o Alto Conselho Militar[6] e a Comissão Constitucional, assumissem a responsabilidade da realização de novas eleições. Além disso, um integrante da Irmandade Muçulmana também foi nomeado para participar desse governo provisório designando as três forças políticas que viriam a se firmar nas discussões no Egito: o movimento de 6 de abril, os Irmãos Muçulmanos e, por fim, a plataforma política liderada por Mohamed Elbaradei. Em 23 de junho de 2012, o candidato da Irmandade Muçulmana Mohamed Morsi venceu o primeiro pleito presidencial. Sua vitória o consagrou como primeiro presidente civil eleito democraticamente no Egito, mas seu governo ficou marcado por muitas polêmicas com a oposição. Morsi foi acusado de tentar impor uma nova Constituição sectária, que na ótica dos seus críticos caminharia a passos largos para forçar uma suposta "islamização" do Egito (AMNESTY INTERNATIONAL, 2020).

Nesse cenário turbulento de protestos a favor e contra Morsi, a oposição deu um ultimato de 24 horas no começo de julho de 2013 para que Morsi renunciasse. Com isso, os militares estipularam um período de dois dias para que a classe política entrasse em acordo sob a justificativa de temerem turbulências maiores, o que culminou no dia 3 de julho de 2013, no qual o governo foi deposto pelos militares liderados por Abdel Fattah al-Sisi, suspendendo a Constituição no processo. Todavia, esse golpe apenas incitou mais protestos violentos que viriam a tomar conta das principais cidades do país, incluindo Cairo. Adly Mansour, um juiz egípcio de 68 anos de idade, foi empossado como presidente interino desse novo governo.

A Irmandade Muçulmana, organização islâmica que atua em cerca de 70 países, passou a ser considerada um grupo terrorista ainda em 2013 pelos militares que tomaram o poder (KINGSLEY, 2013). Em 18 de janeiro de 2014, o governo interino institucionalizou uma nova constituição nacional após um referendo que teve baixa adesão, mas grande aprovação dentre os eleitores que compareceram: a nova constituição foi aprovada por 98,1% dos eleitores, mas a porcentagem de pessoas que compareceu foi apenas de 38,6% (ASWAT MASRIYA, 2014).

[6] O Alto Conselho Militar, também conhecido como Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), consiste de um corpo de 20 oficiais sênior do exército egípcio (EGITO - ESIS, 2011).

Entre 26 e 28 de maio do mesmo ano, uma eleição presidencial ocorreu e consolidou o ex-ministro da Defesa Abdel Fattah el-Sisi como líder do atual governo egípcio, que é contestado até hoje por sua oposição como ilegítimo. No primeiro ano de seu regime, a violência escalou consideravelmente no Sinai com a ascensão do grupo militante Ansar Bayt al-Maqdis (ABM), a principal força dos insurgentes *jihadistas* a atuar na península (GOLD, 2016).

Durante seus primeiros anos de existência, entre fevereiro de 2011 e julho de 2012, o foco principal do grupo foi atacar Israel e os símbolos das relações bilaterais entre Cairo e Tel Aviv, capital israelense, como os gasodutos egípcios que abasteciam os israelenses, frutos de um acordo comercial firmado em 2005. O acordo previa o fornecimento constante de gás natural para Israel através de um consórcio israelense-egípcio chamado *East Mediterranean Gas Company* (EMG), gerando insatisfação entre a população egípcia, em especial os beduínos no Sinai (GOLD, 2016).

As ações dos militantes do Ansar Bayt al-Maqdis na península iniciaram-se ainda nos últimos dias do governo de Hosni Mubarak, enquanto este encontrava-se politicamente enfraquecido e focado em manter-se no poder. No biênio 2011-2012, cerca de treze ataques foram reivindicados pelo grupo contra instalações da EMG, levando ao cancelamento do acordo de fornecimento de gás em abril de 2011 (GOLD, 2016).

Além dessa "guerra econômica", outro importante meio de danificar as relações entre os países eram os ataques transfronteiriços, sendo o principal deles ocorrido em 18 de agosto de 2011. Homens do ABM atravessaram para Israel portando armamento pesado, alguns usando uniformes similares aos da Guarda de Fronteiras do Egito, para tentar derrubar um helicóptero das Forças de Defesa de Israel. Nesse processo, destruíram veículos civis e causaram de seis a oito mortes do lado israelense. Ao baterem em retirada para o Sinai, os guerrilheiros do ABM o fizeram próximo às posições da Guarda de Fronteiras egípcia de forma a confundir os israelenses, que por sua vez abriram fogo e mataram cinco oficiais egípcios. Mesmo com as desculpas oficiais do ministro da defesa israelense, as relações entre Egito e Israel foram severamente abaladas. Como represália à morte dos soldados egípcios, uma multidão invadiu e saqueou a embaixada israelense no Cairo (GOLD, 2016).

Com a derrubada do presidente Mohamed Mursi em 2013 e a volta da repressão por parte do novo governo com relação à Irmandade, o ABM passou a intensificar suas atividades, visando pela primeira vez em sua atividade alvos ligados ao Egito e não Israel. Houve um aumento qualitativo na sofisticação e complexidade dos ataques realizados,

tanto na península do Sinai quanto em outras regiões do Egito. O Estado egípcio respondeu a esse aumento das atividades do grupo através da ampliação de suas operações de contraterrorismo, em especial no norte do Sinai (GOLD, 2016).

Devido ao aumento do nível de repressão sobre o grupo por parte das forças de segurança e seu consequente enfraquecimento, este acabou por jurar aliança ao Estado Islâmico (EI) em novembro de 2014, assumindo o nome de *Wilayat Sinai* (Provincia do Sinai). A fusão foi motivada por razões práticas, ou seja, a necessidade do grupo de apoio financeiro e mais combatentes experientes para atuar na região, ambas necessidades que o Estado Islâmico poderia suprir (GOLD, 2016).

Paralela a essa fusão no Sinai, o governo do Egito também foi desafiado por diversos grupos como os *Harakir Sawa'id Misr* (Hasm) e *Jama'at Ansar al-Islam*; além dos apoiadores do antigo governo de Mohamed Morsi. O Hasm é supostamente afiliado à Irmandade Muçulmana, ilegal no Egito desde 2013, focando primariamente em atacar alvos conectados ao Ministério Interior Egípcio e as forças da polícia. Com mais de 5000 vítimas, a difusão do conflito na península do Sinai foi responsável pelo deslocamento do risco de conflito para o norte do Sinai e região do Cairo — onde o confronto entre forças policiais do governo contra civis e grupos armados se tornou comum, além da repressão à livre expressão dos cidadãos (IDRIS, 2017; GOLD, 2016).

O levante do Sinai fora causado pela negligência do Estado egípcio para com as necessidades e os anseios políticos dos beduínos, especialmente em relação às tradicionais políticas de discriminação e marginalização (BASSIL, 2019). Os principais exemplos desta segregação evidenciam-se pela falta de representação política das tribos beduínas, de direitos à posse de terra e a exclusão destes da indústria do turismo do Sinai. A inexistência de oportunidades econômicas legítimas levou a população beduína a voltar-se cada vez mais para atividades ilícitas, em particular o contrabando (IDRIS, 2017; RAGEH, 2013); e com o passar do tempo, o conflito tornou-se mais violento, tendo seu foco principalmente no norte da península do Sinai. Lá, os militantes passaram a atacar com mais frequência a polícia e as demais forças de segurança nacional, em especial após a derrubada de Morsi em 2013, perpetrando atentados cada vez mais sofisticados e ousados para perturbar a ordem na região (THE ECONOMIST, 2015).

Em 2015, os insurgentes lançaram uma operação visando tomar o controle da cidade de Sheikh, no norte da península (FARID, 2015; IDRIS, 2017). O governo de Cairo optou por uma abordagem altamente militarizada para lidar com a situação de insurreição, usando de operações de contrainsurgência e de forte repressão por parte dos

seus serviços de segurança contra os grupos rebeldes. Entretanto, essa postura inevitavelmente aumentou as tensões e acabou por afetar a população local, aumentando o ressentimento destes para com o Estado (SWALE, 2015).

Seguindo a mesma linha de confronto aberto com os militantes, as ações de combate ao contrabando no Sinai, que são altamente repressivas, também tiveram consequências negativas sobre o dia-a-dia da população beduína, profundamente dependente desse mercado paralelo para a manutenção de seu sustento (SWALE, 2015). Desta forma, a aliança entre os grupos *jihadistas* e as tribos beduínas não necessariamente se dá por uma adesão das tribos à ideologia da *Jihad*, e sim pela existência de um inimigo em comum: o governo egípcio. Não obstante, existe um aumento do distanciamento entre as partes aliadas (beduínos e *jihadistas*) em decorrência do "juramento de fidelidade" dos militantes ao grupo do Estado Islâmico (RAGEH, 2013; COLLING, 2015; GRAHAM HARRISON, 2015).

Ainda assim, a abordagem militar altamente militarizada escolhida pelo governo de Abdul Fatah al-Sisi continua a despertar a ira e o ressentimento das populações locais do Sinai contra o Egito. A forma com que o governo egípcio lida com o conflito – especificamente em relação às ânsias econômicas e políticas dos beduínos – não indica indícios de diálogo entre os principais envolvidos (IDRIS, 2017).

REFERÊNCIAS

ALJAZEERA. **Rights group calls Egypt an 'open-air prison' for critics**. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/9/20/rights-group-calls-egypt-an-open-air-prison-for-critics>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BBC NEWS. **Death toll rises in Egypt blasts**. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3728436.stm> Acesso em: 27 abr. 2021.

AMNESTY INTERNATIONAL. **EGYPT 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/middle-east-and-north-africa/egypt/report-egypt/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BASSIL, Annabel. Non-International Armed Conflict to Continue in Sinai? **The War Report.** Genebra, p. 1-8. nov. 2019. Disponível em: <https://www.geneva-academy.ch/joomlatools-files/docman-files/Non-International%20Armed%20Conflict%20To%20Continue%20In%20Sinai%20.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

EGYPT-SINAI. **Canal France 24**. 17 set. 2014. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.france24.com/ar/20140917>. Acesso em: 17 abr. 2021.

COLLING, Andre. **In Sinai, Egypt Faces Tough Task to Counter Instability**. 2015. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2015/05/sinai-egypt-isis-al-qaeda/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

EGITO. Egypt State Information Service (ESIS). **Formation of the Armed Forces Supreme Council**. 2011. Disponível em: <https://www.sis.gov.eg/En/LastPage.aspx?Category_ID=1136>. Acesso em: 27 abr. 2021

FARID, Sonia. **Egypt vs. ISIS**: is Sinai now an official battlefield? Disponível em: <https://english.alarabiya.net/perspective/analysis/2015/07/11/Egypt-vs-ISIS-Is-Sinai-now-an-official-battlefield->. Acesso em: 18 abr. 2021.

GRAHAM-HARRISON, Emma. **How Sinai became a magnet for terror**. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/08/sinai-magnet-for-terror>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GOLD, Zack. Salafi Jihadist Violence in Egypt's North Sinai: from local insurgency to islamic state province. **Terrorism And Counter-Terrorism Studies**, Haia, v. 7, n. 3, p. 1-44, 14 abr. 2016. The International Centre for Counter-Terrorism (ICCT).

IDRIS, Iffat. **Sinai Conflict Analysis**. K4D Helpdesk Report. Brighton, UK: Institute of Development Studies, mar. 2017. Disponível em: <https://gsdrc.org/publications/sinai-conflict-analysis/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

KINGSLEY, Patrick. Muslim Brotherhood banned by Egyptian court. **The Guardian**. Cairo, 23 sep. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/sep/23/muslim-brotherhood-egyptian-court>. Acesso em: 5 mai. 2021.

RAGEH, Rawya. **The root cause of Egypt's Sinai conflict**. 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2013/5/23/the-root-cause-of-egypts-sinai-conflict>. Acesso em: 19 abr. 2021.

REUTERS. **Egyptians overwhelmingly back constitution - official results**. Cairo, 18 jan. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140201100446/http://en.aswatmasriya.com/news/view.aspx?id=87b50dff-c5e2-4b33-9fd8-db68f4b9bd24>. Acesso em: 5 mai. 2021.

SAIDIN, Mohd Irwan Syazli. Rethinking the 'Arab Spring': the Root Causes of the Tunisian Jasmine Revolution and Egyptian January 25 Revolution. **International Journal Of Islamic Thought**, Exeter, v. 13, n. 1, p. 69-80, jun. 2018.

SWALE, D. (2015). **Discord in the Desert: Egypt's Sinai Peninsula in the Aftermath of the Arab Spring**. 2015. Massey University, Manawatu, New Zealand. Disponível em: <http://mro.massey.ac.nz/bitstream/handle/10179/7883/02_whole.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 19 abr. 2021.

TAHRIR INSTITUTE FOR MIDDLE EAST POLICY. **Attacks Against Security Forces Continue in Egypt 's North Sinai**. 2017. Disponível em: <https://timep.org/esw/reports-briefs/attacks-against-security-forces-continue-in-egypts-north-sinai/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

THE ECONOMIST. **The Peninsular War**: Egypt is Losing Control of the Sinai. 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2015/11/14/the-peninsular-war>. Acesso em: 19 abr. 2021.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Egypt**. 2019. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/651>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ANGOLA E O CASO DE CABINDA

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama[1]

Fonte: Association Cabindaise em Suisse (2019).

Este artigo se propõe analisar brevemente os desafios que o governo de Angola enfrenta sobre o caso "irresolúvel" de Cabinda, de modo específico com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Trata-se de uma abordagem qualitativa baseada em bibliografia acadêmica e notícias de jornais acerca do tema. A não resolução efetiva do caso data do período pós-independência e se arrastou até os dias atuais acarretando recrudescimento de violações de direitos humanos e, além disso, tem pouco impacto tanto no país como na comunidade internacional.

Depois da independência de Portugal em 1975, Angola foi um dos países africanos que passou por longo período de guerra durante a década de 1990. Os conflitos tomaram proporções alarmantes e vários acordos de paz foram realizados para o fim definitivo aos conflitos. O acordo de Bicesse, em 1991, em Portugal, previa o fim do conflito civil e a implementação do sistema democrático resultando naquela que seria a primeira eleição

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). E-mail: laurindoprt@gmail.com.

desde a independência (AMNISTIA INTERNACIONAL, 1996; JOSÉ, 2008)[2]. O fracasso das eleições de setembro de 1992, que sagrou o partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) acirrou os conflitos com alegações de fraudes eleitorais e a reivindicação dos resultados pelo partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O governo eleito atacou a UNITA e a FNLA e o país voltou aos conflitos.

A segunda tentativa para o fim dos conflitos foi o estabelecimento do Protocolo de Lusaka em 1994. O protocolo foi uma tentativa sem sucesso de reconciliar o governo do MPLA e a UNITA, e os conflitos se arrastaram até fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. A disputa durou cerca de 27 anos, tendo como consequência mais de milhares de mortes, refugiados externos e internos. No dia 4 de abril de 2002, foi assinado o acordo de paz de Luena que pôs fim definitivo da guerra civil em Angola e permitiu ao país realizar uma transição e reconstrução da paz de forma pacífica.

A sombra deste contexto, o movimento independentista da província de Cabinda[3], a FLEC, criado em 1963, foi marginalizado. A luta pela independência da região tem seus argumentos legais fundamentados no Tratado de Simulambuco assinado em 1885[4], véspera da Conferência de Berlim, entre Portugal e as autoridades locais como sendo um protetorado português e separado de Angola (MABEKO-TALI, 2003; AMUNDSEN, 2021; BEMBE, 2010). Assim, segundo o tratado, ficou acordado que a região pertencia a Portugal e não havia nenhum acordo de concessão ao governo angolano no pós-independência; ou seja, Cabinda "era formalmente um protetorado português separado, porém, que nunca foi explicitamente entregue à nova República de Angola. Os movimentos de independência cabindenses consideram, portanto, ilegal a ocupação do território por Angola" (AMUNDSEN, 2021, p. 2). No entanto, o Cabinda seria considerado uma região autônoma de Angola e com bases jurídicas bem estabelecidas.

[2] Com o resultado, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) com objetivo de supervisionar a implementação do acordo. Na sequência, em 1995 a UNAVEM III buscou superar a antecessora e posteriormente foi substituída pela Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) em 1997 (AMNISTIA INTERNACIONAL, 1996; JOSÉ, 2008).

[3] A província está localizada no norte de Angola e faz fronteira com a República Democrática do Congo e a República do Congo.

[4] Vale ressaltar que além de Cabinda, "a Constituição Portuguesa de 1826, reconfirmou em 1838, firmemente declarou que 'Angola, Benguela e suas dependências Cabinda e Molembo' pertenciam a Portugal" (MABEKO-TALI, 2003, p. 36).

A FLEC é resultado da junção do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) e do Comitê de Ação da União Nacional de Cabinda (CAUNC) e a Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA), fundados nos anos 1950 (MANGO, 2016; MABEKO-TALI, 2003). Conforme os autores, com o regime colonial dominando o país, as ações políticas e militares da FLEC tiveram pouco impacto e expressão colocando em segundo plano os interesses da mesma. No entanto, as ações político-militares ganharam força em 1974, quando os movimentos separatistas aproveitam-se das lutas de libertação perpetradas pelos três principais partidos políticos[5] do país.

Segundo Bembe (2010), em janeiro de 1975, a UNITA, MPLA e FNLA estabeleceram o acordo de Penina, que definiu as diretrizes da independência do país, e os três anexaram o território de Cabinda sem o consentimento dos líderes locais. Dessa forma, Portugal violou o Tratado de Simulambuco que assinou com Cabinda permitindo a anexação do mesmo à nova nação independente. No pós-independência, no processo político-administrativo do país, a tentativa de integrar a província como parte do território angolano começou a enfrentar os primeiros movimentos de resistência da FLEC, provocando conflitos de pequena escala ou de baixa intensidade e ocasionando guerra de guerrilha e exílio de alguns cabindenses à República Democrática do Congo (RDC) (FRANCISCO, 2013; BEMBE, 2010).

Uma das razões para a resistência do governo em ceder a independência a região reside no fato de ser rica em recursos naturais como petróleo, madeiras, pau-preto, ébano, café, cacau, borracha, manganês, fosfato, ferro, urânio, cobre, ouro, diamantes, potássio e pela floresta de Mayombe, umas maiores da África, além possuir um clima e terra favorável para o desenvolvimento da agricultura (JOSÉ, 2008; AMUNDSEN, 2021; BEMBE, 2010). Vale ressaltar que, as jazidas de petróleo de Cabinda despertaram interesses de multinacionais estadunidenses e assim a primeira empresa petrolífera, Cabinda Gulf Oil Company, foi estabelecida na província ainda no período colonial contribuindo diretamente para ascensão e fortalecimento da FLEC na região que também contou com apoio do antigo presidente da RDC Joseph Mobutu, que tinha interesse nesses recursos e instigou a secessão da província (FRANCISCO, 2012; FRANCISCO, 2013; AMUNDSEN, 2021). AMUNDSEN (2021) ressalta que, devido a sua localização

[5] A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

fronteiriça com a RDC, a FLEC teve acesso garantido ao território congolês com aval do então presidente, o que permitia a sua organização para atacar o governo de Cabinda.

Segundo Amundsen (2021), o petróleo representa mais da metade das receitas do país, logo, fica claro que os interesses políticos e econômicos tornam Cabinda uma região estratégica por ser o coração da economia do país, porém o povo de Cabinda não vê os retornos da contribuição para a sociedade local. O autor observa que

> As queixas econômicas estão, portanto, no centro do movimento de secessão, mesmo quando a história e a geografia estão na vanguarda do diálogo "oficial". A indústria petrolífera oferece poucas oportunidades de emprego e nenhuma tentativa significativa foi feita para desenvolver a indústria secundária em Cabinda com base na extração de petróleo AMUNDSEN (2021, p. 2).

Assim sendo, a FLEC tem utilizado isso a seu favor e dificultado a instalação de novas empresas petrolíferas o que chamou a atenção do governo, acirrando as disputas políticas e econômicas entre as Forças Armadas de Cabinda (FAC) da FLEC e as Forças Armadas de Angola (FAA). De um lado, as FAC que levam a cabo as lutas pela independência de Cabinda, e de outro, os soldados das FAA têm procurado combater as empreitadas daquela. As FAC são um grupo guerrilheiro que recorre a armas pré-fabricadas para se defenderem dos ataques das FAA.

Não obstante as debilidades de acesso e compra de instrumentos militares, a luta dos separatistas data desde a década de 1970 e 1980. No campo diplomático, em 1980, ocorreram as primeiras negociações entre o governo de Angola e os separatistas. Os primeiros utilizaram o argumento de que a reconciliação nacional e diálogo seria suficiente para acalentar os ânimos, enquanto os demais pretendiam discutir a independência e o futuro do enclave (MABEKO-TALI, 2003). Mabeko-Tali acrescenta que algumas negociações foram realizadas em 1986 e 1989, porém as divergências entre os separatistas foram utilizadas como obstáculos nos avanços das mesmas, somado a isso a guerra civil no país ofuscou as discussões.

Em 2006, foi estabelecido um memorando de entendimento e se criou o Estatuto Especial para Cabinda. Este documento tinha como objetivo atribuir o *status* especial de cunho político-administrativo para Cabinda, porém, na prática os acordos não passaram de uma falácia do governo angolano e ademais, segundo Bembe (2010), a Constituição de 2010 não menciona em momento nenhum este estatuto.

No âmbito militar, com o fim da guerra civil em 2002 as discussões foram retomadas. O primeiro empecilho era de que "os separatistas de Cabinda (FLEC) não participaram nas negociações de paz nem subscreveram o acordo, pelo que, no enclave, prosseguiu uma guerra de pequena escala" (FRANCISCO, 2013, p. 116). Na visão de Mabeko-Tali (2003), o governo enviou cerca de 30 mil soldados para Cabinda e estabeleceu uma administração militar na província na tentativa de banir as forças locais. No que lhe concernem, as reações da FLEC foram de reivindicação e ataques às FAA, sequestros de estrangeiros das empresas petrolíferas na província. A FLEC voltou a agir e seu impacto ganhou notoriedade em 2010, durante o Campeonato Africano das Nações, com o ataque aos jogadores de futebol do Togo, que se hospedaram na província, chamando a atenção da comunidade internacional (AMUNDSEN, 2021). Desde então, o grupo tem resistido por protestos pacíficos e o governo, por sua vez, tem utilizado meios repressivos violando os direitos humanos.

Em meio aos conflitos entre as FAC e as FAA, o governo de Angola resiste em aceitar e negligencia a existência da FLEC. As ações das FAA são visíveis, como as perseguições a FLEC refugiados na RDC em 2019, as quais causaram a morte de dois membros, porém os atos foram negados pelo governo angolano, que rechaça as acusações (FLEC...2019).

Nesse contexto, em 2018, a FLEC apresentou ao chefe do Estado Maior General das FAA um roteiro de paz para Cabinda para acabar com as hostilidades entre as partes. Segundo a DW (2018) a proposta dos independentistas é a retirada das FAA do território cabindense como primeiro passo para a negociar a paz e o respeito aos direitos humanos. Há relatos de sequestro, detenção, ataques, mortes de inocentes e reivindicações de direitos humanos por parte da população de Cabinda sobre a atuação das forças governamentais, além de relato de perseguição política aos líderes da FLEC. No entanto, o governo não respondeu às propostas e argumentou que a situação é tranquila (MINISTRO..., 2019).

O governo angolano insiste em tratar com morosidade os confrontos e instabilidade nessa região. Compreende-se que uma das razões é a localização geográfica da província, ela porque é um enclave, ou seja, está afastada das demais províncias. Por outro lado, pouco se fala da situação de Cabinda ou se discute em nível nacional. Todavia, seus impactos são minimizados e marginalizados desde a independência quando o governo insiste em violar o tratado de Simulambuco assinado entre Portugal e os líderes locais.

Para os cabindenses, Portugal deveria se posicionar sobre o tratado. O principal motivo foi que Portugal não cumpriu o acordo, pois "as autoridades portuguesas, sem qualquer consulta aos cabindenses, deixaram de respeitar o tratado de Simulambuco, que lhes conferia um estatuto de protetorado português" (ANGOLA..., 2018, on-line) deixando margem ao governo pós-independência a interpretação de que Cabinda pertenceria ao novo Estado.

Assim sendo, estudiosos observam que além da FLEC existem outros movimentos separatistas de pouca expressividade que reivindicam o direito à independência. Dentre esses movimentos, Amundsen (2021) destaca que os mais antigos são a FLEC-Renovada e a FLEC/PM (Posição Militar). A primeira foi extinta em 2006 mediante um acordo com o governo, já a segunda tem resistido e se destaca pelas ações militares: imputa-se a ela, por exemplo, o ataque de 2010. Os mais recentes surgiram em 2018, o Movimento Independentista de Cabinda (MIC) e a União dos Cabindenses para a Independência (UCI) (AMUNDSEN, 2021). O autor observa ainda que esses têm atuado por intermédio de aparições públicas para reivindicar a independência, como, por exemplo, a manifestação realizada em 2019 quando o MIC celebrava o 132º aniversário da assinatura do tratado de Simulambuco, resultando na prisão de 63 ativistas.

Além disso, eventos recentes parecem mostrar a determinação da FLEC em seguir avante sobre o processo de independência, como argumenta Amundsen (2021, p. 4), que "no início de fevereiro de 2021 a FLEC-FAC a 'liderança político-militar' apelou ao presidente Joe Biden e à ONU para organizarem um referendo sobre "a livre e justa autodeterminação de Cabinda".

No entanto, apesar de ter alcançado a paz em 2002, Angola tem o desafio do caso de Cabinda. Pode-se perceber três fatores importantes: (1) a FLEC entende que Cabinda não é Angola e que aos olhos internacionais a região tem sido marginalizada e suas ações têm pouco impacto; (2) existe o legado de um processo de descolonização mal realizado, pois Portugal foi incapaz de cumprir o tratado estabelecido com os cabindense ainda durante a colonização, dando poder jurídico legal a reivindicação da população porque considerava o território como seu protetorado português e não parte de Angola; (3) o período de guerra que o país enfrentou abafou o caso e mesmo em tempos de paz a situação não ganhou importância no processo de democratização pós-conflito; (4) e por último, as ações repressivas perpetradas pelas forças do governo e violação de direitos humanos, bem como a resistência de negociação por parte do governo, têm preocupado as FLEC. Contudo, se de um lado pode-se falar em paz e estabilidade em Angola, do

outro nota-se que os benefícios da paz são superficiais para os cabindenses porque o país ainda se encontra dividido e o poder centralizado no Executivo em detrimento da falta de autonomia das províncias. O caso de Cabinda é um exemplo pujante dos limites do modelo de paz patrocinados pela Comunidade Internacional.

REFERÊNCIAS

AMNISTIA INTERNACIONAL. Angola a guerra acabou...e agora? Não há reconciliação sem responsabilidades. Out. 1996. Disponível em: https://www.amnesty.org/download/Documents/164000/afr120061996pt.pdf. Acesso em: 17 Apr. 2021.

AMUNDSEN, I. **Cabinda separatism**. 2021. Disponível em: https://www.cmi.no/publications/7719-cabinda-separatism. Acesso em: 11 Apr. 2021.

ANGOLA: Portugal chamado novamente a assumir responsabilidades no caso Cabinda. **Deutsche Welle**, 4 Jan. 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/angola-portugal-chamado-novamente-a-assumir-responsabilidades-no-caso-cabinda/a-42028694. Acesso em: 18 Apr. 2021.

ASSOCIATION CABINDAISE EM SUISSE. Agência Lusa. 16 abr. 2019. 1 fotografia. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/ministro-da-defesa-de-angola-diz-que-nada-se-passa-em-cabinda/a-48344967. Acesso: 19 fev. 2021.

BEMBE, M. D. Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. **Cadernos de Estudos Africanos**, no. 20, p. 27–54, 2010. https://doi.org/10.4000/cea.140.

FLEC-FAC propõe a Angola roteiro para a paz no enclave de Cabinda.Angola. **Deutsche Welle**, abril, 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/flec-fac-propõe-a-angola-roteiro-para-a-paz-no-enclave-de-cabinda/a-43563374. Acesso em: 18 Apr. 2021.

FLEC Acusa Exército De Angola De Sequestro De Seis Pessoas Na Rdc. **Deutsche Welle**. 11 mar. 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/flec-acusa-exército-de-angola-de-sequestro-de-seis-pessoas-na-rdc/a-47858120. Acesso em: 17 Apr. 2021.

FRANCISCO, a. A. C. **A política externa de Angola durante a guerra**. 2013. 129 f. Universidade de Brasília Instituto, 2013.

FRANCISCO, M. J. A. **Academia militar angola paz total: processo de pacificação tratados e acordos e reintegração dos ex-militares**. Lisboa: [*s. N.*], 2012.

JOSÉ, J. Angola: independência, conflito e normalização. **Desvendando a história da áfrica**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MABEKO-TALI, J.-M. Cabinda between “no peace” and ‘no war.’ **Justin Pearce**, p. 36–39, 2003. Disponível em: http://archive.niza.nl/docs/200507071459444872.pdf. Acesso em: 11 abr 2021.

MANGO, C. **As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975)**. 2016. 65 f. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2016.

MINISTRO da Defesa de Angola diz que ″nada se passa″ em Cabinda. **Deutsche Welle**, 16 abril 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/ministro-da-defesa-de-angola-diz-que-nada-se-passa-em-cabinda/a-48344967. Acesso em: 18 Apr. 2021.

O CONFLITO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos[1]
Ana Flávia Pucci Fleury Watanabe[2]

Fonte: Blondel (2008).

A República Centro-Africana (RCA) está localizada no centro do continente africano, uma região bastante tumultuada pelas suas fronteiras com a República Democrática do Congo (RDC), Sudão, Sudão do Sul e Chade. É um país que conquistou sua independência em 1960, rompendo com as heranças coloniais francesas, e que busca estabelecer sua política de forma autônoma. Devido aos sucessivos governos autoritários, a rápida fragmentação dos grupos beligerantes e a falta de capacidade do aparato estatal, a RCA tem sua história marcada por instabilidades de governança, econômicas, problemas de corrupção e falta de infraestrutura.

Apesar de ser uma região rica em recursos naturais como petróleo, urânio, terras férteis e diamantes, a RCA é um dos países mais pobres do mundo, com conflitos internos que preocupam a comunidade internacional. Ademais, é um país pouco estudado especialmente no Brasil, mesmo tendo uma das mais longas operações de paz já existentes, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da RCA (MINUSCA), vigente desde 2014 (SMITH, 2015).

---

[1] Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

[2] Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Uberlândia (PPGRI UFU).

Vale ressaltar que os eventos anteriores à eclosão do conflito de 2013 são, em grande parte, advindos das características da estrutura política da RCA. Golpes de Estado e a necessidade imperativa de governantes e das elites políticas buscarem o reconhecimento da soberania por meio do apoio de outros Estados criaram uma relação de dependência com a França e países vizinhos como o Chade. O suporte negociado aprofunda as relações de dependência e não possibilita o desenvolvimento do país. Além disso, a interferência francesa na política centro-africana é responsável por várias decisões internas na qual a França buscava proteger seus próprios interesses econômicos e políticos (LOMBARD, 2014; SCHMIDT, 2013).

Outra característica é a ausência da capacidade de monopolizar o uso da força dentro do país, já que os grupos beligerantes controlam regiões periféricas onde o serviço público não tem acesso ou não quer intervir, como por exemplo a região norte. Destaca-se também que os grupos armados se mantêm ativos devido ao controle de estradas e de locais ricos em recursos naturais (LOMBARD, 2014).

A independência da República Centro-Africana foi liderada pelo Padre Barthélemy Boganda que fundou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN). Ele seria o primeiro-ministro do país, no entanto, com sua morte, o professor Abel Goumba assumiu a liderança. Seu governo não durou muito tempo, já que o ministro do interior David Dacko conseguiu apoio político e se tornou o novo chefe de Estado, por meio de um golpe (SMITH, 2015).

Já em 1964 aconteceram as primeiras eleições, as quais tinham apenas Dacko como candidato e ele mesmo se reelegeu. Porém, com um regime autoritário, corrupto e com a insatisfação francesa por ter sido retirada do monopólio de exploração de diamantes, um novo golpe foi executado pelo coronel Jean-Bédel Bokassa em 1965. Seu governo realizou o pouco de desenvolvimento e infraestrutura no país, mas foi considerado um dos mais autoritários, pois Bokassa se autointitula imperador vitalício da África Central com apoio da França (SMITH, 2015; SCHMIDT, 2013).

Com os abusos e atos de repressão, a França passou a vê-lo como uma ameaça para os seus interesses na região. Assim, os franceses retiraram seu apoio a Bokassa e devolveram o governo para Dacko, com a justificativa de reconduzir o mandato interrompido em 1965. Dacko permaneceu no poder até as eleições seguintes em 1981, a qual venceu novamente, porém, a oposição liderada por André Kolingba executou outro golpe de Estado (SMITH, 2015).

Logo no início do seu governo, Kolingba suspendeu a Constituição vigente e eliminou a oposição política. Ademais, teve uma gestão marcada pelo nepotismo ao delegar poderes a seus familiares e favorecer cargos para seu grupo étnico, os Yakoma. Seu governo entrou em declínio com o fim da Guerra Fria, visto que as potências ex-colonizadoras, como a França, mudaram sua postura e se comprometeram com a democratização das ex-colônias (ICG, 2007; WOHLERS, 2015).

Kolingba ficou no poder até 1993, quando ocorreram as primeiras eleições legislativas e presidenciais livres, monitoradas pela França, na qual Ange-Félix Patassé se elegeu presidente da RCA. Apesar de ser um novo governo, as atitudes e atividades de Patassé não foram diferentes dos anteriores chefes de Estado. Por exemplo, logo no início ele retirou os Yakoma do poder e passou os cargos para seu grupo étnico, os Sara-Kaba. Essas atitudes impulsionaram o aumento das disputas entre os grupos (SMITH, 2015).

O governo de Patassé é considerado um dos mais sangrentos da época, devido ao favorecimento étnico, além dos salários atrasados dos servidores que provocaram três motins em 1996, os quais causaram a destruição da infraestrutura nacional. Em consequência das rebeliões, o presidente ordenou que a guarda presidencial interviesse, ocasionando mais mortes. Com a insegurança instaurada no país, houve uma intervenção militar da França para proteger os franceses (ICG, 2007).

Em 2001, houve uma tentativa de assassinato contra Patassé, que acusou o chefe das Forças Armadas Centro-Africanas (*Les Forces Armées Centrafricaines*, FACA), o general François Bozizé. O general executou mais um golpe de Estado em 2003 com apoio do Chade, do Congo e de Gabão, que forneceram armamentos militares e retiraram Patassé do poder (ICG, 2007; SMITH, 2015).

O início do seu governo acalmou as tensões no país, além de ser reconhecido pela comunidade internacional com a perspectiva de restabelecer a capital Bangui. Todavia, semanas depois, Bozizé passou a praticar nepotismo, corrupção e repressão contra a população. Mesmo assim, ele foi eleito presidente em 2005, mas desde então foram desencadeadas diversas rebeliões armadas e violência em larga escala resultando no ápice do conflito. As tensões aumentaram também quando o partido de Bozizé alegou vencer as eleições de 2011 mais uma vez, porém a população afirmava que o pleito havia sido fraudado (SMITH, 2015; LOMBARD, 2016, OLIN, 2015).

Em 2012, o governo de François Bozizé realizou prisões arbitrárias com o argumento de uma possível elaboração de golpe de Estado pela oposição. Após esse episódio, surgiu a coalizão rebelde Séléka, constituída por maioria muçulmana vinda do

norte da RCA, a qual estava insatisfeita com o governo. Os motivos para sua origem podem também ser relacionados aos elementos étnicos e aspectos regionais, uma vez que não se governa para além da capital Bangui, deixando de fornecer serviços para as regiões Norte e Leste, resultando em desigualdade e marginalização. Dentre seus objetivos, constava a retirada do presidente do poder, assim como a procura por terras férteis e lucros, sendo que o grupo passou a controlar grande parcela da exploração de recursos naturais, tais como diamantes, petróleo e madeira (ARIEFF, 2014; CAMPOS *et al.*, 2016).

Em 2013, houve a tentativa de um acordo de paz. Todavia, o presidente foi deposto e Michel Djotodia, líder do grupo Séléka, assumiu seu cargo. Diante da falta de recursos e dificuldades econômicas, Djotodia tentou desfazer essa coalizão. Porém, seus antigos membros passaram a saquear a população, fazendo com que as comunidades majoritariamente cristãs criassem milícias para combatê-los, nomeadas "Anti-Balaka". Por conseguinte, grupos cristãos e muçulmanos iniciaram um conflito sectário nunca antes visto na história da RCA (ARIEFF, 2014; CARAYANNIS; LOMBARD, 2015; GLAWION; VRIES, 2018; SMITH, 2015).

Historicamente, por um lado, os muçulmanos quase não tiveram participação no governo e são apontados como estrangeiros, devido à proximidade física ao Sudão e ao Chade, países de maioria muçulmana. Por outro, eles controlavam grande parte do comércio em diversas áreas. Ademais, os cristãos compõem 80% da população enquanto os muçulmanos apenas 15%. Nesse sentido, as principais áreas atingidas por embates foram o noroeste e a capital, onde o poder se concentra e há maior diversidade étnica. Foram relatados múltiplos casos de tortura, assassinato, perseguição, destruição de casas e locais religiosos por parte dos grupos Sélékas e Anti-Balakas (ARIEFF, 2014; ABDENUR; KUELE, 2017; CAMPOS, *et al.*, 2016).

Com o aumento dos embates sectários e dos crimes de guerra, a França enviou soldados observadores que constataram a gravidade do conflito no país, relatando dados de que 1/3 da população havia sido expulsa de suas casas e mais de 100.000 pessoas se refugiaram no aeroporto de Bangui (SMITH, 2015). Diante desse quadro, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou por meio da Resolução 2127 o envio da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA, sigla em francês), organizada pela União Africana (UA). A França também criou a Operação Sangaris, em que forneceu 1.600 militares para trabalharem em conjunto com

a MISCA (ARIEFF, 2014; CAMPOS, *et al*., 2016; CSNU, 2013; GLAWION; VRIES, 2018).

A Operação Sangaris e a MISCA tiveram avanços significativos, no entanto não conseguiram firmar um cessar-fogo e nem mesmo minimizar o conflito entre as duas maiores milícias centro-africanas. Cerca de 130.000 muçulmanos foram expulsos da capital pelos Anti-Balakas, levando à divisão dos Selékas e segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), até 2014 havia cerca de 650 mil deslocados internamente e mais de 290 mil refugiados em países vizinhos (SMITH, 2015; UN, 2014).

Depois de sofrerem pressões internacionais, Djotodia e o primeiro-ministro renunciaram aos seus cargos. Em seguida, Catherine Samba-Panza foi eleita presidente interina junto a um Conselho Nacional de Transição e o CSNU autorizou a Força da União Europeia na República Centro-Africana (EUFOR RCA) para auxiliar as tropas já presentes no país, diante do alerta para a possibilidade de um genocídio. Em abril de 2014, foi permitida a transferência da MISCA para uma missão de paz multidimensional. Autorizada pela própria ONU (Resolução 2149), foi implementada a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) com mandato prioritário de proteção de civis. Em julho, foi assinado o Acordo de Brazzaville, o qual previa que cessassem as hostilidades e que o processo de reconciliação fosse promovido. O acordo foi desrespeitado em razão de ataques contínuos (ARIEFF, 2014; CAMPOS *et al*., 2016; CSNU, 2014; GLAWION; VRIES, 2018; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Já em 2015, foi realizado o Fórum Nacional de Bangui, em que foi firmado o Pacto Republicano para a Paz, Reconciliação Nacional e Reconstrução, gerando o Plano Nacional para a Recuperação e Construção da Paz (RCpCA) e as forças militares francesas e da União Europeia começaram a se retirar. Um dos maiores problemas da reconciliação é que os grupos armados dominam as questões financeiras do país por meio de sequestros, extorsões, controle de estradas, minérios e terras férteis (CAMPOS *et al*., 2016, KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Assim, as hostilidades não foram interrompidas e em setembro iniciou-se uma nova onda de violência na região. O problema na RCA se agravou depois de relatos e denúncias de abusos sexuais contra crianças e mulheres por parte de quem deveria protegê-los, os *peacekeepers*[3]. Mesmo com o início das investigações por parte da ONU,

[3] Os *peacekeepers* são os componentes de Missões de Paz.

os grupos armados e a população não confiavam na Missão e, por isso, os trabalhadores passaram a sofrer retaliações, como ataques às suas instalações e confrontos diretos (CARAYANNIS; FOWLIS, 2017; UN, 2015).

Após postergações, em dezembro, foram realizadas eleições e o referendo para a nova Constituição, que foi aprovada. Em 2016, Faustin-Archange Touadéra foi eleito. Em outubro desse mesmo ano, encerrou-se a Missão Sangaris no país, mantendo ainda alguns soldados como apoio à MINUSCA. Mesmo após o cenário otimista que surgiu com os resultados das votações e o acordo de paz, grupos ex-Séléka e Anti-Balaka continuaram a se fragmentar, se unir e agir criminosamente. A união inclusive entre esses inimigos demonstra que a disputa ultrapassa a questão religiosa, assumindo vieses políticos e econômicos (FRANCE..., 2016; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Atualmente, destacam-se os embates entre a União para a Paz na República Centro Africana (UPC) da etnia Fulani e a Frente Popular para o Renascimento na República Centro-Africana (FPRC) das comunidades Gula e Runga. Além disso, há outros grupos como o Movimento Patriota Centro-Africano (MPC) e as milícias do bairro muçulmano PK5, totalizando ao menos 14 grupos armados mais ativos, os quais atuam por meio de sistema paralelos ou até servindo como substitutos do Estado. Com o decorrer do conflito, as linhas estritamente religiosas foram deixadas para trás, adquirindo traços étnicos, em que muçulmanos começaram a combater muçulmanos de diferentes etnias por exemplo, o que ampliou a incidência da violência contra civis (GLAWION; VRIES, 2018; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; KLEINFELD, 2017).

Em fevereiro de 2019, foi assinado o Acordo de Cartum entre o governo e quatorze grupos rebeldes reconhecidos, prevendo um governo de unidade nacional, reunindo as diferentes forças políticas e sociais, e uma Comissão da Verdade, Reconciliação e Compensação, além de brigadas mistas sob o comando da MINUSCA. Esse acordo foi bem visto pela comunidade internacional, tendo a UA como mediadora (CENTRAL..., 2019; FRÖHLICH, 2019). No entanto, seis meses depois, verificaram-se diversas violações a ele, especialmente vindas do grupo Retorno, Recuperação e Reabilitação (3R). Ainda que alguns embates tenham reduzido, a situação continua preocupante, fazendo com que o acordo seja considerado frágil e havendo o medo de que ele não aborde o cerne do conflito (VAN EYSSEN, 2019).

Assim sendo, o presidente Touadéra não está conseguindo agir muito além da capital, o que faz com que grande parcela do país ainda esteja sob controle de rebeldes. Novos incidentes violentos ocorrem ao norte e centro do país, como forma de exercer

pressão no processo político. No noroeste da RCA, a criminalidade ocorre devido à competição sobre o controle do mercado de gado e rotas migratórias sazonais, incluindo a ação do 3R. Ao leste, constatam-se ocorrências ligadas ao Exército de Resistência do Senhor (LRA), grupo armado cristão originário de Uganda. Disputas por recursos naturais acontecem entre comunidades fazendeiras e pastorais, sendo aquelas formadas principalmente por cristãos e estas por muçulmanos, podendo intensificar o aspecto religioso. Em Bangui, alguns focos de violência entre grupos religiosos ocorrem esporadicamente (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017; VAN EYSSEN, 2019).

É importante enfatizar que muito do conflito e seu desenrolar advêm da interferência de atores externos, devido a interesses regionais e internacionais. O Chade e a República do Congo são importantes mediadores regionais. Contudo, forças chadianas já foram acusadas de participar de ações Séléka. O antigo presidente do Chade, Idriss Déby, foi o responsável por trazer Bozizé ao poder, mas a milícia chadiana, insatisfeita, passou a apoiar os Séléka e permitiu que Djotodia tomasse o poder. Com a nova instabilidade, Déby retirou seu apoio e incentivou o governo de transição. Os conflitos no Chade e em Darfur, no Sudão, também impactam na RCA, visto que muitos grupos armados acabam se abrigando neste país e já compuseram grande parte dos Séléka. Além disso, houve aumento da influência desses dois Estados no território centro-africano. A República do Congo, Camarões e Angola variam em seus posicionamentos em relação à RCA, conforme os cenários econômicos, políticos e de segurança. Camarões havia recebido Bozizé na primeira vez que ele se exilou. Após esse ocorrido, o país passou a atuar com baixo perfil na resolução do conflito, mas manteve seus interesses econômicos. A África do Sul aparentemente estava se aproximando do governo de Bozizé, chegando a enviar tropas a partir de uma ação de segurança bilateral. Como mencionado, algumas organizações como a UA, ONU, União Europeia também são atuantes no país. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) é responsável por mediar os esforços de paz, ao mesmo tempo em que o organismo sofre os impactos das rivalidades regionais e com a falta de capacidade para executar determinadas medidas. Citada constantemente, a França, devido à colonização na RCA, realizou e ainda realiza atividades no país. Alguns autores ainda destacam a atuação de países como RDC, Rússia e China (ARIEFF, 2014; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017; VAN EYSSEN, 2019).

Segundo dados da *Human Rights Watch* (2021), a situação humanitária é delicada e preocupante, visto que a totalidade de refugiados advindos do conflito é de cerca de 622 mil e de deslocados internos de 623 mil. A necessidade de ajuda humanitária atinge 2,6 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca da metade da população total de 4,6 milhões. São relatadas constantes violações aos direitos humanos como abusos sexuais, perseguições e violência em massa, mas que ainda estão impunes (HRW, 2021).

São diversos os desafios, como mencionado: conflito interno, a ausência da capacidade de governar em todo país, influências externas e disputas políticas e por recursos. A MINUSCA é importante para a República Centro-Africana, pois executa trabalhos relevantes como por exemplo o trabalho de gênero em algumas regiões do país. Assim, a missão tem realizado as atividades propostas para a resolução do conflito, no entanto, é importante aprofundar os estudos e pesquisas sobre a eficácia dessas atividades e estratégias utilizadas pelas Nações Unidas em prol da estabilização real do país.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; KUELE, G. **República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito**. Instituto Igarapé**,** Policy Brief, n. 1, dez. 2017. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

ARIEFF, Alexis. **Crisis in the Central African Republic**. 2014. Disponível em: www.everycrsreport.com/files/20140514_R43377_fd63eb8feaac3e1e146401f7a2329aad333996d2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

BLONDEL, Brice. April 14, 2008. 1 fotografia. Disponível em: www.flickr.com/photos/hdptcar/2421700232/. Acesso em: 17. jun. 2021.

CAMPOS, Ligia M. C. L.; SANTOS, Jéssica T.; VIEIRA, Nathália G. A.; SILVA, Yasmin. V. R**. O Conflito na República Centro Africana**. Série Conflitos Internacionais, v. 3, p. 1-7, 2016.

CARAYANNIS, T.; FOWLIS, M. **Lessons from African Union–United Nations cooperation in peace operations in the Central African Republic.** African Security Review**,** v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2017.1302707 Acesso em: 04 jul. 2020.

CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. Making Sense of CAR: An introduction. *In:* CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic.** London: Zed Books Ltd., 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5040/9781350221246.

CENTRAL AFRICAN REPUBLIC SIGNS “IMMEDIATE” PEACE DEAL WITH REBEL GROUPS. **Deutsche Welle**, Bonn, 20 jun. 2017. Disponível em: www.dw.com/en/central-african-republic-signs-immediate-peace-deal-with-rebel-groups/a-39320890. Acesso em: 21 set. 2019.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Resolution 2127 (2013)**. 2013. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/761853/. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Resolution 2149 (2014)**. 2014. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/768393. Acesso em: 20 mar. 2021.

FRANCE ENDS SANGARIS MILITARY OPERATION IN CAR. **BBC**, Londres, 31 out. 2016. Disponível em: www.bbc.com/news/world-africa-37823047. Acesso em: 21 set. 2019.

FRÖHLICH, Silja. **New hope for the Central African Republic**. Deutsche Welle, Bonn, 05 fev. 2019. Disponível em: www.dw.com/en/new-hope-for-the-central-african-republic/a-47373650. Acesso em: 21 set. 2019.

GLAWION, Tim; VRIES, Lotje de. **Ruptures revoked: why the central african republic's unprecedented crisis has not altered deep-seated patterns of governance.** Journal Of Modern African Studies, Cambridge, v. 56, n. 3, p. 421-442, ago. 2018.

HUMANITARIAN DATA EXCHANGE. **Central African Republic: Conflict Data**. Disponível em: https://data.humdata.org/dataset/ucdp-data-for-central-african-republic. Acesso em: 20 set. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2019. **Central African Republic: Events of 2018**. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/central-african-republic. Acesso em: 20 set. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2021. **Central African Republic: Events of 2020.** Disponível em: www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/central-african-republic. Acesso em: 17 abr. 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Central African Republic: anatomy of a phantom state.** Crisis Group Africa Report**,** n. 136, 13 dec. 2007.

KLEINFELD, Philip. **Central African Republic: What's gone wrong?**. The New Humanitarian, Genebra, 24 fev. 2017. Disponível em: www.thenewhumanitarian.org/analysis/2017/02/24/central-african-republic-what-s-gone-wrong. Acesso em 21 set. 2019.

KNOOPE, Peter; BUCHANAN-CLARKE, Stephen. **Central African Republic:** A Conflict Misunderstood. Cidade do Cabo: The Institute For Justice And Reconciliation, 2017.

LOMBARD, L. A Brief Political History of the Central African Republic. **Culanth,** 11 jul. 2014. Disponível em: https://culanth.org/fieldsights/a-brief-political-history-of-the-central-african-republic Acesso em: 23 jun. 2020.

LOMBARD, L. **State of Rebellion:** Violence and Intervention in the Central African Republic. Zed Books: London, 2016. https://doi.org/10.5040/9781350222786

UNITED NATIONS. MINUSCA. **Mandate.** Disponível em: https://minusca.unmissions.org/en/mandate. Acesso em: 20 set. 2019.

OCHA. **Humanitarian Response Plan: January-December 2019**, Central African Republic. 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2018_hrp_CAR_english_final_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

OLIN, N. Pathologies of Peacekeeping and Peacebuilding in CAR. *In:* CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic.** London: Zed Books Ltd., 2015. https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-009.

SCHMIDT, E. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror.** New York: Cambridge, 2013. https://doi.org/10.1017/CBO9781139021371.

SMITH, S. W. CAR's History: The past of a Tense present. *In:* CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic.** London: Zed Books Ltd., 2015. https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-002.

UN. Ataque na República Centro-Africana fere funcionário da Cruz Vermelha. 2015. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2015/08/1522131. Acesso em: 17 abr. 2021.

UN. Guterres teme mais extremistas em África, após conflito centro-africano. 2014. Disponível em: https://news.un.org/pt/audio/2014/03/1092901. Acesso em: 17 abr. 2021.

UN. **Resolution 2448 (2018).** 2018. Disponível em: https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/_resolution_2448_2018.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

VAN EYSSEN, Benita. Central African Republic peace deal – violated and fragile. **Deutsche Welle**, Bonn, 15 ago. 2019. Disponível em: www.dw.com/en/central-african-republic-peace-deal-violated-and-fragile/a-50039847. Acesso em 21 set. 2019.

WOHLERS, L. D. A Central African Elite Perspective on the Struggles of the Central African Republic. In: CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.) **Making Sense of the Central African Republic.** London: Zed Books Ltd., 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-013.

A CRISE CONSTITUCIONAL DA GÂMBIA E A RESPOSTA REGIONAL

João Vitor Tossini[1]

Fonte: Seyllou (2017).

Em 1965, a Gâmbia conquistou sua independência do Reino Unido, encerrando o domínio britânico estabelecido no início do século XIX. Os laços políticos com Londres seriam mantidos simbolicamente por meio da manutenção do monarca britânico como Chefe de Estado da Gâmbia, tornando o recém independente país uma monarquia constitucional. Entretanto, em 1970, por meio de um referendo, a população aprova a abolição da monarquia e a instauração de uma república no país. O então primeiro-ministro, democraticamente eleito, Dawda Kairaba Jawara, se tornou o presidente da República da Gâmbia, sendo sucessivamente reeleito cinco vezes nas décadas seguintes (PERFECT, 2016; UPPSALA, 2021).

A relativa estabilidade político-institucional do governo Jawara seria enfraquecida pela tentativa fracassada de um golpe militar em 1981 liderado pelo Conselho Revolucionário Nacional, encabeçado por Kukoi Samba Sanyang e composto por elementos paramilitares e partidários da Gâmbia. Dawda Jawara requisitou o auxílio

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: vitor.tossini@unesp.br

militar do governo senegalês. A participação do Senegal na supressão dos rebeldes provou-se essencial para o fracasso do golpe de 1981, aprofundando os laços políticos entre os dois Estados. No mesmo ano, o governo da Gâmbia e do Senegal assinaram acordos para a criação de uma confederação entre os seus países. No início de 1982 foi oficialmente estabelecida a Confederação da Senegâmbia, uma união político-econômica que perduraria por pouco mais de sete anos, sendo dissolvida em 1989 após desacordos internos sobre o seu futuro (HUGHES, 1992; HUGHES; LEWIS, 1995). Dawda Jawara continuou ocupando o cargo de presidente da Gâmbia durante os anos da Confederação.

Jawara governaria até 1994 quando um golpe militar, sem mortes, liderado por Yahya Jammeh derruba o governo eleito, instaura o Conselho de Governo Provisório das Forças Armadas e encerra a mais duradoura democracia da África Ocidental (FRENCH, 1994; IHONVBERE; MBAKU, 2003). O golpe de 1994 ocorreria a partir de descontentamentos de militares de baixa patente das Forças Armadas da Gâmbia com questões salariais e de carreira, que cresceram após escândalos de corrupção no governo Jawara em 1993 (SAINE, 2008). Imediatamente após o sucesso do golpe, o Conselho de Governo Provisório das Forças Armadas suspende a constituição nacional e extingue todos os partidos de oposição, iniciando um governo autoritário liderado por Yahya Jammeh (PERFECT, 2016).

Visando a disputa pelas eleições gerais de 1996, os membros do Conselho estabelecem a Aliança para a Reorientação e Construção Patriótica. A vitória da Aliança, encabeçada por Jammeh, foi a primeira de uma série de resultados favoráveis em eleições presidenciais que se repetiriam em 2001, 2006 e 2011. Durante esse período, jornalistas, minorias e os opositores políticos do presidente foram perseguidos e excluídos da vida pública e a Constituição sucessivamente modificada para favorecer a continuidade de Jammeh no cargo presidencial (CAMARA; EDRISSA 2017). Destaca-se que as eleições entre 1996 e 2011 possuíram contestações internas e atraíram dúvidas e questionamentos sobre seu processo, havendo episódios de coerção governamental e por parte de grupos pró-Jammeh (GAMBIA'S, 2011; SEINE, 2008).

No início dos anos 2010, a Gâmbia adentrou em um crescente isolamento no sistema internacional, em grande parte por medidas tomadas pelo governo do país. Em 2013 Jammeh retira a Gâmbia da Comunidade das Nações após críticas de setores do governo britânico sobre a situação da democracia no país africano, eliminando assim a conivência do Reino Unido e outros membros da Comunidade com o governo gambiano

(UK, 2013; SHABAN, 2018). Três anos depois, em novembro de 2016, o governo iniciou o processo de retirada do país do Tribunal Penal Internacional (ICC, 2017).

A eleição presidencial realizada em 2 de dezembro de 2016 apontou a inesperada derrota de Yahya Jammeh e a vitória do líder oposicionista Adama Barrow (GAMBIA'S, 2016). Inicialmente, Jammeh reconheceu oficialmente a vitória da oposição (GAMBIA'S, 2016a). Apesar disso, em 9 de dezembro, o então presidente anunciou a rejeição dos resultados eleitorais e a convocação de novas eleições. No mesmo dia, tropas das Forças Armadas da Gâmbia são deslocadas para a capital Banjul visando suprimir protestos civis. Nesse contexto, a União Africana (AU), o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) condenam o posicionamento do presidente gambiano (GAMBIAN, 2016).

Nas semanas seguintes, o presidente derrotado, Yahya Jammeh, declara estado de emergência nacional e descarta os apelos diplomáticos dos países vizinhos para que admita a derrota e garanta a transição de poder na Gâmbia. A ausência de avanços na crise constitucional leva ao estabelecimento de uma força militar multinacional de países da CEDEAO com o intuito de adentrar o território gambiano e remover Jammeh caso o presidente se recuse a deixar o cargo no fim de seu mandato em 19 de janeiro (AKWEI, 2017). Concomitantemente, sem mencionar o uso de forças militares, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a Resolução 2337, apoiando os esforços regionais para o término da crise constitucional e a transferência de poder na Gâmbia (UNITED NATIONS, 2017), estimulando possíveis intervenções da CEDEAO.

Visto que Yahya Jammeh se recusou deixar o cargo, no dia 19 de janeiro, as forças da CEDEAO adentram o país visando restaurar a ordem constitucional na Gâmbia e cumprir a decisão democrática da população gambiana. Dois dias depois, em 21 de janeiro de 2017, Jammeh é forçado a renunciar, deixando o país para o exílio (EX-PRESIDENT, 2017). O presidente eleito, Adama Barrow requisitou a permanência das tropas da CEDEAO para auxiliá-lo na estabilidade dos primeiros seis meses de governo (FARGE, 2017).

Apesar da insistência de Yahya Jammeh em se manter no cargo, no início da invasão os últimos apoiadores do presidente nas Forças Armadas, especialmente oficiais do Exército, se opuseram a reagir militarmente. Dessa forma, não ocorreram confrontos e mortes devido à invasão. Assim, Jammeh, derrotado nas urnas e sem apoio das Forças Armadas, concordou em renunciar ao cargo após quase 23 anos desde o golpe que

possibilitou sua ascensão política (COCKS; FARGE, 2017). Em adição, tropas senegalesas se estabeleceram nas proximidades da fronteira com a Gâmbia para o caso de que Jammeh quebrasse o acordo de exílio na Guiné Equatorial e retornasse ao país, demonstrando que o ex-presidente permanecia uma ameaça ao novo governo (FREEMAN, 2017).

O número de indivíduos que deixaram o país na condição de refugiados durante o período de crise constitucional e do estado de emergência totalizou no mínimo 45 mil. A grande maioria destes possuía origem gambiana e senegalesa, sendo que aproximadamente 75% dos refugiados eram crianças e mulheres. Devido à extensa fronteira terrestre com a Gâmbia, o Senegal foi o principal destino desses refugiados. Outros oito mil refugiados de origem senegalesa permaneceram na Gâmbia (UNHCR, 2017).

A presença militar das tropas da CEDEAO continuaria mesmo após a resolução da crise constitucional. Isto ocorreu devido aos pedidos do governo gambiano de extensão da permanência das forças. Dentre os objetivos da "Missão da CEDEAO na Gâmbia" (ECOMIG, em inglês) está a prestação de assistência ao país na reforma de seu setor de segurança pública e o apoio ao governo eleito de Adama Barrow contra possíveis insurgências. Nos meses após a resolução da crise constitucional, as operações da CEDEAO seriam alvo de protestos civis na Gâmbia, especialmente em áreas com maior apoio ao antigo presidente Jammeh, resultando na morte de um gambiano e cerca de 10 feridos por soldados da CEDEAO (AKWEI, 2017a). Ainda assim, em 29 de julho de 2019, o ministro das Relações Exteriores da Gâmbia requisitou outro prolongamento da missão no país (MINISTER, 2019).

Adicionalmente, no fim de 2019, Adama Barrow tornou-se alvo de protestos após descumprir a promessa feita em 2016 que governaria por três anos e convocaria uma nova eleição presidencial quando esse prazo terminasse. A quebra dessa promessa levantou questionamentos sobre as intenções políticas de Barrow. Os protestos ocorreram sem perseguição governamental ou censura generalizada da mídia local, indicando uma significativa alteração das práticas no governo Barrow em relação ao seu antecessor, Jammeh (VAN EYSSEN, 2019). Apesar de uma reação governamental relativamente branda quando comparada aos anos de Jammeh, ocorreram episódios de confrontação entre as forças policiais e os manifestantes, com várias prisões e três mortes (MUTANGADURA, 2020; THREE, 2020).

No ano seguinte, com o apoio de Barrow, uma nova constituição foi proposta objetivando substituir a implementada em 1997 e limitar o poder e os mandatos consecutivos do cargo presidencial. O projeto sofreu reveses dentro do Legislativo, tendo que passar por novas alterações e seu processo de reelaboração foi desacelerado com o avanço da pandemia de COVID-19 na Gâmbia. No mesmo período, apesar da crescente oposição da população sobre a Missão da CEDEAO, o governo gambiano requisitou a extensão da presença militar da organização no país até 2021 (JANKO; WALLY, 2020; MUTANGADURA, 2020). Ambas as partes concordaram em manter a Missão no mínimo até o fim de 2021, tornando a operação uma força responsável pelo policiamento de supervisão das eleições presidenciais gambianas de dezembro do mesmo ano. Dessa forma, o propósito oficial da Missão da CEDEAO foi oficialmente alterado pela organização, deixando o papel de uma força de estabilização e tornando-se uma missão de policiamento (TENDENG, 2021).

Os desafios políticos enfrentados pela Gâmbia desde a crise constitucional iniciada em dezembro de 2016 agravaram questões econômicas e sociais, levando ao deslocamento de aproximadamente 45 mil indivíduos e ao ápice de seu isolamento internacional, culminando com a invasão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, apoiada pela União Africana e pelos Membros do Conselho de Segurança da ONU, para o restabelecimento da ordem democrática com a posse de Adama Barrow em 2017. Desde sua ascensão ao cargo presidencial, Barrow iniciou o reengajamento internacional da Gâmbia, retornando o país a Comunidade das Nações, suspendendo o processo de saída do Tribunal Penal Internacional (ICC, 2017; UK, 2013; SHABAN, 2018) e assinou o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares. Ademais, Barrow foi responsável pela abolição da pena de morte na Gâmbia e pelo estabelecimento da Comissão da Verdade, Reconciliação e Reparações que visa investigar os crimes dos anos de governo Jammeh (1994-2017) (GAMBIA, 2017; 2017a).

Contudo, os confrontos entre forças policiais e manifestantes após a decisão de Barrow por completar os cinco anos de seu mandato, ao invés de apenas três como havia prometido na campanha eleitoral, indicam que apesar do encerramento do período de perseguição sistemática dos opositores do governo, ainda persistem práticas violentas nas estruturas governamentais da Gâmbia. Por fim, ao passo que simboliza esforços regionais para a solução de questões locais, sem a interferência direta externa, e se apresenta como uma garantia da permanência do governo eleito, a Missão da CEDEAO tornou-se uma

fonte de atritos com a população local, ocorrendo episódios de violência ao longo dos anos de sua presença no país. Ainda assim, a Gâmbia adentrou em um período de retorno ao processo democrático que será testado nas próximas eleições gerais, podendo iniciar a cimentação de uma democracia que antes do golpe de 1994 apresentou-se como uma das mais duradouras da África.

REFERÊNCIAS

AKWEI, Ismail. ECOWAS okays military intervention in Gambia, joint troops stationed at border. **Africa News**. 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.africanews.com/2017/01/18/ecowas-okays-military-intervention-in-gambia-joint-troop-stationed-at-border/> Acesso em: 02 abr. 2021.

AKWEI, Ismail. Protest against ECOWAS forces in Jammeh's village claims one life. **Africa News**. 4 jun. 2017a. Disponível em: https://www.africanews.com/2017/06/04/protest-against-ecowas-forces-in-jammeh-s-village-claims-one-life/. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAMARA, Sanna; EDRISSA, Sanyang. **The Gambia after Elections**: Implications for Governance and Security in West Africa. Peace and Security Series. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2017.

COCKS, Tim; FARGE, Emma. Gambia's Jammeh agrees to go into exile as regional troops mass. **Reuters**. 20 jan. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-gambia-politics-army/gambias-jammeh-agrees-to-go-into-exile-as-regional-troops-mass-idUSKBN154269> Acesso em: 04 abr. 2021.

EX-PRESIDENT Yahya Jammeh leaves The Gambia after losing election. **BBC**. 22 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-38706426> Acesso em: 12 mar. 2021.

FARGE, Emma. Gambia's Barrow asks regional force to stay for six months – U.N. **Reuters**. 26 jan. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ozatp-uk-gambia-politics-idAFKBN15A1D4> Acesso em: 03 abr. 2021.

FREEMAN, Colin. Gambia's Yahya Jammeh agrees to step down peacefully. **The Telegraph**. 21 jan. 2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/01/20/yahya-jammeh-given-high-noon-deadline-relinquish-power-gambia/> Acesso em: 21 abr. 2021.

FRENCH, Howard W. In Gambia, New Coup Follows Old Pattern. **The New York Times**. Aug. 28, 1994. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/08/28/world/in-gambia-new-coup-follows-old-pattern.html> Acesso em: 02 dez. 2020.

GAMBIA: President Barrow Signs Abolition of Death Penalty Treaty. **Joll of News**. 21 set. 2017. Disponível em: https://www.jollofnews.com/2017/09/21/gambia-president-barrow-signs-abolition-of-death-penalty-treaty/. Acesso em: 19 mar. 2021.

GAMBIA to set up truth and reconciliation commission. 23 mar. 2017a. **Reuters**. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-gambia-politics-idUSKBN16U2ZD. Acesso em: 19 mar. 2021.

GAMBIA'S Yahya Jammeh wins fourth presidential term. **BBC.** 25 November 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-15897134. Acesso em: 18 mar. 2021.

GAMBIA'S Jammeh loses to Adama Barrow in shock election result. **BBC**. 2 Dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-38183906> Acesso em: 02 mar. 2020.

GAMBIA'S Adama Barrow says shock win heralds 'new hope'. **BBC.** 2 December 2016a. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-38186751. Acesso em: 18 mar. 2021.

GAMBIAN president Yahya Jammeh rejects election result. **The Guardian**. 10 Dezembro, 2016, Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/10/gambian-president-rejects-election-results-yahya-jammeh-adama-barrow> Acesso em: 02 mar. 2021.

HUGHES, Arnold. The collapse of the Senegambian confederation. **The Journal of Commonwealth & Comparative Politics**. 30 (2): pp. 200–222, 1992.

HUGHES, Arnold; LEWIS, Janet. Beyond Francophonie?: The Senegambia Confederation in Retrospect. In KIRK-GREENE, Anthony; BACH, Daniel (Eds.). **State and Society in Francophone Africa since Independence**. Oxford, England: St. Martin's Press, 1995.

ICC. ASP President welcomes Gambia's decision not to withdraw from the Rome Statute. **International Criminal Court**. 17 February 2017. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/pages/item.aspx?name=pr1274#:~:text=On%2010%20November%202016%20the,as%20depositary%20of%20the%20Treaty. Acesso em: 18 mar. 2021.

IHONVBERE, Julius Omozuanvbo; MBAKU, John Mukum. Political Liberalization and Democratization in Africa: Lessons from Country Experiences. Greenwood Publishing Group, 2003.

JANKO, Sankulleh; WALLY, Omar. The Gambia: Should the ECOWAS intervention force stay? Banjul. **Deutsche Welle**. 25 set. 2020. Disponível em: https://forbes.com.cm/en/the-gambia-should-the-ecowas-intervention-force-stay/a-55052419. Acesso em: 19 mar. 2021.

MINISTER Tangara says Ecomig is a stabilising force in Gambia. **Voice of Gambia**. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.voicegambia.com/2019/07/29/minister-tangara-says-ecomig-is-a-stabilising-force-in-the-gambia/> Acesso em: 13 mar. 2021.

MUTANGADURA, Chido. Political tensions and the COVID-19 pandemic make the AU's job in The Gambia more difficult. **Institute for Security Studies.** Disponível em: https://issafrica.org/iss-today/hard-times-ahead-for-the-african-union-in-the-gambia. Acesso em: 19 mar. 2021.

PERFECT, David. **Historical dictionary of the Gambia** (Fifth ed.). Rowman & Littlefield, 2016.

SAINE, Abdoulaye. The Gambia's Elected Autocrat Poverty, Peripherality, and Political Instability, 1994–2006: A Political Economy Assessment". **Armed Forces & Society**. 34 (3): 450–473, 2008.

SHABAN, Abdur Rahman Alfa. The Gambia rejoins the Commonwealth after 2013 exit. **Africa News**. Disponível em: https://www.africanews.com/2018/02/08/the-gambia-rejoins-the-commonwealth-after-2013-exit/. Acesso em: 18 mar. 2021.

SEYLLOU (AFP). Gambia's Supreme Court postpones election petition decision. 10 jan. 2017. **Deutsche Welle**. 1 fotografia. Disponível em: https://www.dw.com/en/gambias-supreme-court-postpones-election-petition-decision/a-37069712. Acesso em: 18 mar. 2021

THREE dead in Gambian protest against President Barrow. **The Guardian Africa.** 26 January 2020. Disponível em: https://guardian.ng/news/three-dead-in-gambian-protest-against-president-barrow/. Acesso em: 19 mar. 2021.

TENDENG, Frederic. ECOMIG Military Mission In The Gambia Ends December 2021, Evolves To Policing. **The Chronicle**. 25 jan. 2021. Disponível em: https://www.chronicle.gm/ecomig-military-mission-in-the-gambia-ends-december-2021-evolves-to-policing/. Acesso em: 19 mar. 2021.

UK regrets The Gambia's withdrawal from Commonwealth. **BBC**. 3 October 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/news/uk-24376127. Acesso em: 18 mar. 2021.

UNHCR. **Senegal**: Around 45,000 have fled political uncertainty in The Gambia. 20 jan. 2017. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/briefing/2017/1/5881deb74/senegal-around-45000-fled-political-uncertainty-gambia.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **Gambia**: Security Council backs regional efforts to ensure peaceful transfer of power to Barrow. 19 jan. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2017/01/549832-gambia-security-council-backs-regional-efforts-ensure-peaceful-transfer-power#.WIFpcbHjJTY> Acesso em: 13 fev. 2021.

UPSSALA. Gambia. **Uppsala Conflict Data Program**, 2021. Disponível em: https://ucdp.uu.se/country/420. Acesso em: 18 mar. 2021

VAN EYSSEN, Benita. Gambians get behind a movement to hold their leader to his word. **Deutsche Welle**. 16 dez. 2019. Disponível em: https://p.dw.com/p/3Uruy. Acesso em: 18 mar. 2021.

DIRETO DO FRONT

Da Faixa de Gaza à Sheikh Jarrah: colonialismo de assentamento e apartheid na Palestina

Carolina Antunes Condé de Lima[1]

O mês de maio de 2021 ficou marcado por mais uma ofensiva israelense à Faixa de Gaza. A chamada *Operation Guardian of the Wall*, que aconteceu entre os dias 10-21 daquele mês, gerou o deslocamento interno de 107.000 pessoas, outras 242 pessoas foram mortas e 1.948 foram feridas na Faixa de Gaza (OCHA OPT, 2021b). Além disso, dezenas de prédios foram destruídos, entre eles prédios residenciais, escolas da UNRWA (Organização das Nações Unidas de Assistência a Refugiados Palestinos) e prédios que abrigavam escritórios de conglomerados da mídia internacional, além da destruição de estradas e ruas importantes, que dão acesso a hospitais (OCHA OPT, 2021b). Em Israel, morreram 13 pessoas, em função dos mais de quatro mil mísseis lançados pelo Hamas, 90% dos quais foram interceptados pelo *Iron Dome* (ISRAEL, 2021a). A violência contra os palestinos, no entanto, não ficou restrita à Faixa de Gaza. Nos Territórios Ocupados, em Jerusalém Oriental e nos territórios de 1948, grupos extremistas israelenses atacaram e destruíram propriedades, invadiram casas e agrediram pessoas nas ruas, o que causou 27 mortes, deixou 6794 feridos e setenta ataques direcionados contra palestinos (OCHA, 2021c).

Os onze dias da ofensiva à Gaza tiveram como **estopim** os mísseis lançados pelo Hamas[2] contra o território israelense, as causas, contudo, são anteriores e estruturais. Apesar de ser uma disputa antiga, desde o começo de 2021, a população que habita a região de Sheikh Jarrah, vizinhança de Jerusalém Oriental, tem se manifestado contra uma decisão judicial que expulsa os moradores palestinos de suas casas. Em janeiro, um tribunal distrital de Jerusalém decidiu que a propriedade das terras em Sheikh Jarrah são

[1] Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI).

[2] É uma organização política palestina fundada em 1987 para servir de resistência à ocupação israelense dos TPO em meio à Primeira Intifada. Braço palestino da rede internacional Irmandade Muçulmana, o Hamas conta com um braço armado, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam. Considerada uma organização terrorista por Israel, EUA e outros aliados internacionais, desde junho de 2007 governa a Faixa de Gaza após romper com o Fatah em uma série de embates violentos em 2006. (HROUB, 2009 *apud* HUBERMAN, 2014).

de famílias judaicas que compraram aquelas propriedades quando toda a Palestina histórica ainda estava sob o Mandato Britânico (1920-1948). Os reclamantes afirmam que suas famílias perderam as terras durante a guerra que precedeu a criação do Estado de Israel, em 1948. Tal julgamento e decisão foi possível porque existe uma lei que permite a judeus que consigam provar que suas famílias tinham propriedades que lhes foram tiradas antes de 1948 recebam sua propriedade de volta (BAROUD, 2021). Esse mesmo direito é negado aos 750.000 palestinos que foram retirados de suas casas e suas terras entre 1948-1949, durante a *Nakba*[3]. Além disso, Sheikh Jarrah é parte de Jerusalém Oriental, território que foi ocupado e anexado ilegalmente por Israel após a Guerra de 1967, o que torna apropriações de terra, deslocamento forçado e substituição da população nativa crimes de guerra, como apontou o porta-voz do alto comissariado da ONU, Rupert Colville (UN..., 2021).

O processo de expulsão de palestinos é um processo contínuo, mas desde 2018, quando da transferência da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém, a prática de expulsão de habitantes palestinos de Jerusalém Oriental aumentou bastante. Se em 2018 cinquenta e nove casas foram destruídas, em 2020, em meio a pandemia da Covid 19, esse número cresceu para cento e quarenta (ABRAHAM, 2021). Apenas em 2021, mais de quinhentas foram desalojadas após a destruição de trezentas e sessenta casas nos territórios ocupados da Cisjordânia e Jerusalém Oriental[4] (OCHA OPT, 2021a). Essa prática é parte de um processo de "judaização da terra", ou seja, diminuir ao máximo a presença palestina nos territórios ocupados por Israel e garantir a superioridade demográfica frente aos palestinos (HUBERMAN, 2014).

Além da disputa por Sheikh Jarrah, a ofensiva começa a se desenhar no final de abril, quando no dia 22 daquele mês, o Lehava, grupo de extrema direita israelense, fez uma passeata pelas ruas de Jerusalém Oriental entoando cantos de "morte aos árabes". Isso gerou conflito entre israelenses e muçulmanos no Portão de Damasco[5], o que resultou na proibição de entrada na Mesquita Al Aqsa durante o mês do Ramadan ('DEATH..., 2021; STAFF, 2021). A Mesquita foi reaberta dias depois e em 07 de maio, última sexta-

[3] A *Nakba*, catástrofe em árabe, é como ficou marcado os acontecimentos de 1948-1949 quando mais de 700 mil palestinos foram expulsos e mais de 400 vilarejos foram destruídos no processo de limpeza étnica promovido para que houvesse a formação do Estado de Israel (PAPPÉ, 2006)

[4] Os dados são atualizados quase que diariamente, por isso pode haver discordância em uma pesquisa feita após a última conferência dos dados. Nosso último acesso data de 10 de junho de 2021 e o site indica a última atualização tendo sido feita dia 08 de junho de 2021. Ver os dados em: https://www.ochaopt.org/data/demolition

[5] O Portão de Damasco é um dos principais acessos do bairro muçulmano na Cidade Antiga de Jerusalém e um ponto de encontro e manifestações de palestinos.

feira do Ramadan, foi palco de uma manifestação a favor das famílias de Sheikh Jarrah. Forças policiais invadiram Al Aqsa e feriram mais de cento e setenta pessoas (IBRAHIM, 2021; AL-AQSA..., 2021). A invasão e a violência geraram uma ameaça do Hamas para o caso de uma nova invasão da Mesquita. Três dias depois, em 10 de maio, forças israelenses invadiram Al Aqsa mais uma vez, deixando trezentos feridos. Horas depois, o Hamas iniciou o lançamento de mísseis desde a Faixa de Gaza contra Israel que respondeu em seguida (KINGSLEY; KERSHNER, 2021).

Dessa vez, a escalada de violência durou onze dias e resultou nas mortes, deslocamentos e destruição previamente citadas na Faixa de Gaza, que está sob bloqueio há 14 anos e ainda não havia sido recuperada desde a última ofensiva de 2014, ou seja, há uma sobreposição de destruição, mortes e deslocamentos. Nos demais territórios, assistiu-se a um aumento generalizado da violência policial. Entre os dias 23 de maio e 03 de junho de 2021, o Estado israelense lançou a *Operation Law and Order*, no "qual milhares de agentes policiais, guardas de fronteira e agentes de reserva foram destacados em todo o país contra amotinadores, delinquentes e qualquer pessoa envolvida em atividades ilegais" (ISRAEL, 2021b). Mais de 2.000 palestinos foram presos em um movimento que alguns tem acusado o Estado israelense de buscar vingança contra aqueles que protestaram contra a violência em Gaza e os despejos de Sheikh Jarrah e Silwan (KHOURY, 2021; NAJJAR, 2021).

É importante entender que a violência que se assistiu não é um caso isolado, ela é parte de uma estrutura que permeia a relação Palestina-Israel. Por isso, para falar do que aconteceu entre os meses de abril e maio de 2021 nos territórios palestinos é necessário entender alguns conceitos e contextos que são determinantes para a questão palestina, sendo o primeiro deles a ideia de colonização de assentamento (*settler colonialism*). Entende-se que a colonização por assentamento é o deslocamento ou eliminação total da população originária para ocupar o território, apagando os vestígios humanos e culturais daqueles que ali estavam antes. Esse processo é o mesmo que vivemos no Brasil e que foram experienciados também por Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, por exemplo (SALAMANCA et al., 2012; WOLFE, 1996).

Essa prática é uma parte do sistema colonial criado pela Europa que, de acordo com Césaire (2010, p. 22) é "a cabeça de ponta da barbárie e uma civilização" a partir da qual se "pode chegar a qualquer momento a pura e simples negação da civilização", ou seja, a colônia é um espaço no qual a violência impera. Em função disso, a colônia é um espaço no qual reina o estado de exceção, dessa forma, ali é permitido que qualquer ato

seja praticado, sem que haja julgamento de valor moral (MBEMBE, 2016). Para além da violência física contra o corpo colonizado, afinal a conquista da terra também passa por um processo de conquista dos corpos, há também um processo de violência subjetiva ao reduzir o colonizado a uma criação do colonizador, lhe retirando toda a sua humanidade (CÉSAIRE, 2010; FANON, 1961).

A colonização do espaço, por sua vez, é violenta não apenas porque a tomada do espaço é feita à base da força, mas também porque após sua conquista, o espaço é transformado pelo colonizador: ele impõe barreiras físicas e geográficas que criam o espaço do colono, que se assemelha à metrópole, e o lugar do colonizado, que é visto como um espaço de violência e amoralidade. Um elemento central dessa divisão é a questão racial: o colonialismo tem no seu cerne o racismo, a ideia de supremacia europeia frente aos demais povos do mundo (FANON, 1961).

Outra ideia central para entender a questão é o sionismo. O sionismo surge como uma resposta ao antissemitismo histórico que marca o Ocidente há mais de um milênio. A busca por um Estado nação próprio ganhou força após os *pogroms*[6] na Rússia czarista do final do século XIX, se tornou uma questão de vida ou morte para a população judaica europeia após o Holocausto. O grande problema que se coloca é que o movimento que se propõe a ser um movimento de libertação nacional, se transformou em um movimento de superioridade racial (BOSE, 2007). Nesse sentido, "a racialização dos palestinos enquanto população nômade e transferível, e da sua terra enquanto vazia foi providencial para tornar legível e justificável as suas ambições imperiais, além de ocultar as brutalidades da colonização de 'uma terra sem povo para um povo sem terra'" (HUBERMAN, 2020, p.89). O sionismo parte da premissa de que a colonização deveria ser por e para os judeus, com o deslocamento da população original. O colonialismo sionista se baseia nas ideias de substituição e assentamento, ou seja, o objetivo central é deslocar e/ou eliminar a população local e ocupar a terra em seu lugar (LOCKMAN, 2012; SAID, 2012; SALAMANCA et al., 2012).

A partir dos conceitos de colonialismo de assentamento e sionismo se torna possível entender o histórico da questão Palestina e a última ofensiva, que é parte de uma estrutura de violência que está posta. A última escalada de violência nos territórios

[6] *Pogrom* é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países (United States Holocaust Memorial Museum. [2021]).

palestinos ganhou a atenção dos meios de comunicação tradicionais e da comunidade internacional como um todo após, em 10 de maio de 2021, o Hamas lançar mísseis contra Israel. Mais uma vez o que se via era uma narrativa bastante conhecida: os terroristas do Hamas estão atacando Israel que tem o direito de se defender e, por isso, pode bombardear a Faixa de Gaza o quanto quiser. O que muitos não esperavam é que uma nova-velha narrativa também ganharia força dentro do atual contexto: a narrativa palestina de apontar Israel como um Estado colonialista, que comete crimes contra a humanidade e impôs apartheid contra a população original. O que para muitos pode soar como uma novidade, para aqueles que acompanham a questão Palestina há mais tempo, o que se vê é um acordar do mundo para o que realmente acontece há, pelo menos, 73 anos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Yuval. 'They tossed us out like garbage': The Palestinians who lost their Jerusalem homes. **+972 magazine**, 2021. Disponível em: https://www.972mag.com/jerusalem-demolition-palestinians-2020/. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

AL-AQSA MOSQUE: Dozens hurt in Jerusalem clashes. **BBC**, 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-57034237. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

BAROUD, Ramzy. The untold story of Sheikh Jarrah. **MEMO**: Middle East Monitor, 2021. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20210512-the-untold-story-of-sheikh-jarrah/. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Letras Contemporâneas, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Editora ULISSEIA limitada, 1961.

HUBERMAN, Bruno. A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel. 2020. 368 p. Tese (doutorado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202339/huberman_b_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y

HUBERMAN, Bruno. Judaização da Palestina ocupada: colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013. 2014. 201 p. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/111152.

IBRAHIM, Arwa. Scores of Palestinians hurt as Israel police storm Al Aqsa: Live. **Aljazeera**, 2021. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2021/5/7/jerusalem-dozens-of-palestinians-hurt-in-al-aqsa-clashes. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

ISRAEL. Operation Guardian of the Wall. Disponível em: https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Palestinian/Pages/Operation-Guardian-of-the-Walls-10-May-2021.aspx. 2021a. Último acesso: 10 de junho de 2021.

ISRAEL. Summary of "Operation Law and Order" of the Israel Police. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/police-restoring-order-030621. 2021b. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

KHALID, Walid. Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine**, Journal of Palestine Studies**, Vol 18, No1, p. 4-33, 1988.

KHOURY, Jack. Israeli Police Aren't Seeking Law and Order, but to Silence Arab Citizens. **Haaretz**, 2021. Disponível em: https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israeli-police-aren-t-seeking-law-an-order-but-to-silence-arab-citizens-1.9853398. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

LOCKMAN, Zachary. Land, Labor and the Logic of Zionism: A critical engagement with Gershon Shafir. **Settler Colonial Studies**, Vol 2, No 1, p. 9-38, 2012.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993.

'DEATH to Arabs': Chaos erupts in Jerusalem after far-right march. **Middle East Eye**, 2021. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/news/jerusalem-death-to-arabs-far-right-anti-palestinian-march. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

NAJJAR, Farah. 'A war declaration': Palestinians in Israel decry mass arrests. **Aljazzera**, 2021. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2021/5/24/a-war-declaration-palestinians-in-israel-decry-mass-arrests. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

OCHA OPT. Data on demolition and displacement in the West Bank, 2021a. Disponível em: https://www.ochaopt.org/data/demolition. Acesso em: 10 de junho de 2021.

OCHA OPT. Escalation in the Gaza Strip, the West Bank and Israel | Flash Update #12 covering 12:00 21 May – 12:00 23 May. 2021c. Disponível em: https://www.ochaopt.org/content/escalation-gaza-strip-west-bank-and-israel-flash-update-12-covering-1200-21-may-1200-23-may

OCHA OPT. Gaza Strip: Escalation of hostilities 10-21 May 2021, 2021b. Disponível em: https://www.ochaopt.org/content/gaza-strip-escalation-hostilities-10-21-may-2021

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica palestina**. São Paulo: Sundermann. 2016.

SALAMANCA, Omar Jabary et. al, Past is Present: Settler Colonialism in Palestine. **Settler Colonial Studies**, Vol 2, No 1, p. 1-8. 2012.

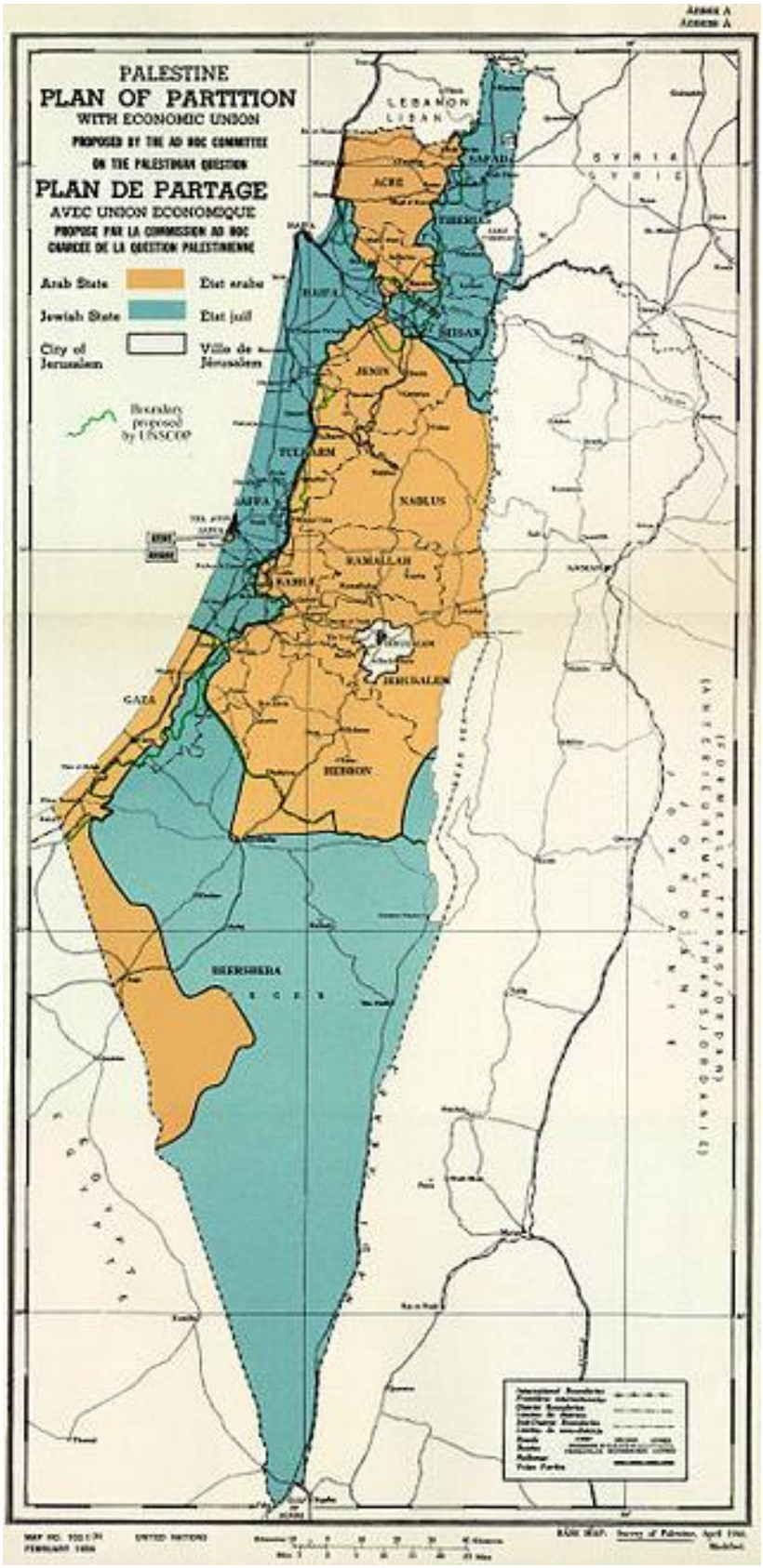
STAFF, Toi. Dozens hurt, arrested in Old City clash as extremist Jews chant 'Death to Arabs'. **Times of Israel**, 2021. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/dozens-hurt-at-old-city-clash-as-extremist-jews-march-chanting-death-to-arabs/. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

UN demands Israel stops East Jerusalem evictions, cautions over possible 'war crimes'. **The New Arab**, 2021. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/news/un-cautions-israel-over-possible-eviction-related-war-crimes. Último acesso em: 10 de junho de 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Pogroms. Enciclopédia do Holocausto. [2021]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms. Acesso em 25 jun. 2021.

WOLFE, Patrick. Purchase by Other Means: The Palestine Nakba and Zionism's Conquest of Economics. **Settler Colonial Studies**, Vol 2, No 1, p. 133-171, 2012.

Figura 1 - Mapa do Plano de Partilha da Palestina, 1947



Fonte: UNITED NATIONS. Annex A to resolution 181 (II) of the General Assembly, 29 November 1947. February 1956 Modified. Disponível em: https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/164333B501CA09E785256CC5005470C3. Acesso em: 20 jun. 2021.

Conflito Israel-Palestina: Desdobramentos Atuais

Karina Stange Calandrin[1]

A atual crise que emergiu entre Israel e Palestina tem sido discutida sobre diferentes espectros, mas pouco tem se falado sobre a relação com a crise política israelense e a possível saída de Benjamin Netanyahu do poder. É indiscutível que sua maior arma ao longo dos 12 anos que esteve enquanto primeiro-ministro de Israel foi a construção de um discurso sobre ameaça, disseminando a narrativa do medo sobre a sociedade israelense.

Toda uma geração de israelenses judeus, criados em um Israel "seguro", já cresceu sem nenhuma consciência da Linha Verde. Eles ouviram histórias sobre as intifadas, mas a narrativa presente era que o conflito havia sido superado graças à administração do governo. Os Acordos de Abraão com os Estados do Golfo pareciam provar que não havia mais "Questão Palestina". O que não foi considerado nesta narrativa era que para os palestinos o conflito nunca terminou. Nos últimos meses, a tensão foi aumentando, desta vez não na Cisjordânia ou em Gaza, mas entre os cidadãos palestinos em Israel.

Benjamin Netanyahu construiu a narrativa da segurança para judeus israelenses a partir de uma força policial subserviente, da mídia nacional, do neoliberalismo e da tentativa de cooptação de políticos selecionados entre os cidadãos palestinos de Israel. A polícia israelense, nos últimos anos, tornou-se conhecida pela repressão violenta de qualquer grupo que ousa desafiá-los. A classe média e alta ashkenazita, em sua maioria, foram, historicamente, poupadas de grande parte da violência. Já os etíopes, os Haredim, Mizrahim, e, claro, árabes, são mais atingidos.

Desde o início do Ramadã, há quase um mês, a força policial israelense tem se colocado a postos frente às agressões mútuas entre palestinos e judeus israelenses em Jerusalém, representando uma provocação aos palestinos, desde a barricada dos degraus no Portão de Damasco, os golpes dados aos manifestantes no Sheikh Jarrah, e mais recentemente o uso de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral dentro da mesquita de Al-Aqsa. A repressão policial é apoiada por Amir Ohana, ministro da Segurança Pública, que representa o Estado cada vez mais autoritário de Netanyahu.

---

[1] Doutora e mestre Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), professora e coordenadora do curso de Relações Internacionais do Unisagrado.

O governo de Netanyahu manteve seu apoio político e sua legitimidade perante a maioria da população judaica israelense a partir do crescimento econômico dos últimos anos. A forte economia teve impacto positivo em Tel Aviv, por exemplo, Israel está há anos crescendo em rankings internacionais como a "nação start-up", atraindo investimentos internacionais de empresas de alta tecnologia e israelenses em expansão no exterior. A moeda local, o shekel, teve uma valorização ao longo dos anos do governo Netanyahu e permitiu que israelenses de todas as classes sociais passassem férias no exterior.

Todavia, para a maioria dos palestinos a história é muito diferente. Em Jerusalém Oriental, os palestinos enfrentam crescentes ataques aleatórios de supremacistas judeus, muitas vezes por membros de grupos colonos que travaram uma campanha de uma década de pressão legal e despejos. Os residentes que deixam Jerusalém para o exterior, para melhorar sua educação ou suas perspectivas econômicas, muitas vezes perdem seus direitos de residência.

Depois há a ascensão de Mansour Abbas e seu partido islâmico Ra'am, a quem Netanyahu cortejou com grande entusiasmo na esperança de construir uma coalizão e formar o governo. Para alguns analistas era uma boa notícia e um indicativo de mudanças na política israelense, e por um tempo, Abbas retribuiu, prometendo deixar sua identidade palestina de lado em favor de um governo de direita que daria aos árabes de fato participação, apenas para descobrir que os outros parceiros de coalizão, da lista kahanista de extrema direita, o rejeitaram porque ele é árabe.

O objetivo de Netanyahu é se manter como primeiro-ministro, por um projeto de poder e pelos processos de corrupção que está enfrentando. E ele pode até conseguir alcançar o objetivo de garantir que seus rivais Yair Lapid e Naftali Bennett não sejam capazes de formar um governo, e com Abbas percebendo que uma escalada Israel-Hamas deixa sua adesão a qualquer governo insustentável.

A escalada da situação entre o Hamas e Israel é a prova disso. Nos últimos dias centenas de foguetes foram disparados de Gaza em direção a cidades israelenses e com foco estritamente em alvos civis. A situação se mostra insustentável: civis israelenses de fato com medo ao ouvir o som de sirenes avisando que mais foguetes foram lançados e palestinos reféns da possibilidade de Israel revidar e as consequências serem ainda mais devastadoras.

Entretanto, um primeiro-ministro imbuído da responsabilidade que o cargo exige, teria controlado a polícia, conduzido um verdadeiro diálogo com a liderança árabe,

observado o status quo no Monte do Templo, anunciado um plano para investir na sociedade árabe, mas acima de tudo, teria preservado as instituições israelenses e a democracia.

REFERÊNCIAS:

ALOUF, Rushdi Abu. Israel x Gaza: o que explica nova troca de hostilidades três semanas após cessar-fogo. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57495469. Acesso em: 17 jun. 2021.

BATEMAN, Tom. Israel-Gaza ceasefire holds despite Jerusalem clash. **BBC**, 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-57195537. Acesso em: 28 mai 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. Qual o saldo da guerra em Gaza, segundo 3 especialistas. Nexo, 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/21/Qual-o-saldo-da-guerra-em-Gaza-segundo-3-especialistas?fbclid=IwAR02m_SyNwdngox-lKBgSl77jmvH_qjHqzwBPNuvjoBAzoHgP-iltB1gGWI. Acesso em 21 jun. 2021.

ISRAEL afirma ter destruído túneis do Hamas em Gaza. **DW**, 2021. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/israel-afirma-ter-destru%C3%ADdo-t%C3%BAneis-do-hamas-em-gaza/a-57554599. Acesso em: 17 mai. 2021.

CONHEÇA OS OUTROS PRODUTOS DO GEDES:

Observatório de Política Exterior (OPEx):
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre a Política Exterior de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação nos respectivos países.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas:
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre Defesa e Forças Armadas de países da América do Sul, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/

Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos:
Projeto dedicado ao estudo e aplicação de metodologias de elaboração de cenários prospectivos objetivando contribuir na divulgação de informações e perspectivas de cenários futuros, bem como fornecer subsídios para a tomada de decisões.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/cenarios-prospectivos/

ERIS:
Espaço aberto aos acadêmicos e especialistas para a publicação, em fluxo contínuo, de artigos e reflexões sobre temas de Defesa e Segurança Internacional.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/eris/

Atlas de Defesa Sul-Americana:
Desenvolvida no âmbito do Pró-Estratégia e Pró-Defesa 3, a plataforma online sistematiza dados sobre dimensões relevantes para informação e pesquisas em Defesa e Segurança Internacional sobre a América do Sul.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/atlas/

Rede Nacional de Estudos Estratégicos:
Espaço que reúne os produtos de Centros de Estudos Estratégicos civis e militares em pesquisa de ponta, bem como reflexões teóricas e metodológicas nas áreas de Paz, Defesa, Estratégia e Segurança Internacional.
Saiba mais: http://apps.unesp.br/renee/br/

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos